

## Alguns problemas para uma teoria política marxista em nossa América

*Ricardo Prestes Pazello\**

**Resumo.** No presente ensaio procuramos problematizar importantes elementos para a revitalização de uma teoria política marxista construída desde a América Latina. Nossa preocupação foi a de levantar a tradição crítica do marxismo por meio de algumas questões obrigatórias para a renovação deste método entre nós. Primeiramente, revisitamos as formas de interpretação do marxismo em relação ao continente, classificando-as conforme o tipo de abordagem feita pelos autores. Este mote se nos revela importante na medida em que necessitamos compreender o caminho teórico trilhado pelo marxismo latino-americano em relação à obra de Marx e de seus simpatizantes, bem como em relação a estas obras mesmas que tematizam Marx. Portanto, texto e metatexto. Depois, aventuramo-nos pelo pensamento de dois nomes fundamentais do marxismo da América Latina, Mariátegui e Che Guevara, apontando para o fato de que representam uma linha crítica e criativa de nossa produção teórica e prática. Também, sugerimos três conceitos-chave para o marxismo latino-americano, desde uma concepção arejada do que ele seja. Tais conceitos são o de “dependência”, “revolução” e “libertação”. Por fim, percorremos bastante resumidamente as mais importantes experiências revolucionárias de cunho socialista no continente, desde a revolução cubana, de 1959, até chegar ao socialismo do século XXI, da Venezuela, na virada do século, passando pela experiência chilena da Unidade Popular, pela revolução sandinista, na Nicarágua, e pelo neozapatismo mexicano.

**Palavras-chave.** Marxismo; América Latina; Teoria política marxista latino-americana.

**Abstract.** En lo presente ensayo procuramos problematizar importantes elementos para la revitalización de una teoría política marxista construida desde la América Latina. Nuestra preocupación fue la de investigar la tradición crítica del marxismo por medio de algunas cuestiones obligatorias para la renovación de este método entre nosotros. Primeramente, revisitamos las formas de interpretación del marxismo en relación al continente, clasificándoselas conforme el tipo de abordaje hecha por los autores. Tal mote se nos revela importante en la medida en que necesitamos comprender el camino teórico pisado por el marxismo latinoamericano en relación a la obra de Marx e de sus simpatizantes, así como en relación a estas obras mismas que tematizan Marx. Luego, texto y metatexto. Después, nos aventuramos por el pensamiento de dos nombres fundamentales del marxismo de la América Latina, Mariátegui y Che Guevara, apuntando para el hecho de que representan un hilo crítico y creativo de nuestra producción teórica e práctica. Aun, sugerimos tres conceptos-clave para el marxismo latinoamericano, desde una concepción aireada de lo que sea él. Tales conceptos son los de “dependencia”, “revolución” y “liberación”. Por ende, recorremos muy resumidamente las más importantes experiencias revolucionarias de carácter socialista en el continente, desde la revolución cubana, 1959, hasta llegar al socialismo del siglo XXI, de Venezuela, en la virada del siglo, pasando por la experiencia chilena de la Unidad Popular, por la revolución sandinista, en Nicaragua, y por el neozapatismo mexicano.

**Palabras clave.** Marxismo; América Latina; Teoría política marxista latinoamericana.

*“ABELARDO I – Os ingleses e americanos temem por nós. Estamos ligados ao destino deles. Devemos tudo, o que temos e o que não temos. Hipotecamos palmeiras... quedas de água. Cardeais!*

*HELOÍSA – Eu li num jornal que devemos só à Inglaterra trezentos milhões de libras, mas só chegaram até aqui trinta milhões...*

*ABELARDO I – É provável! Mas compromisso é compromisso! Os países inferiores*

• Mestrando em Filosofia e Teoria do Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (CPGD/UFSC), membro do Núcleo de Estudos e Práticas Emancipatórias (NEPE/UFSC) e bolsista CAPES.

*têm que trabalhar para os países superiores como os pobres trabalham para os ricos. Você acredita que New York teria aquelas babéis vivas de arranha-céus e as vinte mil pernas mais bonitas da terra se não se trabalhasse para Wall Street de Ribeirão Preto a Cingapura, de Manaus à Libéria? Eu sei que sou um simples feitor do capital estrangeiro. Um lacaio, se quiserem! Mas não me queixo. É por isso que possuo uma lancha, uma ilha e você...”*  
(Oswaldo de Andrade, final do 1º ato de “O rei da vela”)

Se tomarmos como referência a América Latina de hoje, perceberemos a grandiloquente influência de *Marx* e de seus sequazes em sua produção intelectual e, ainda que em escala menor, em suas experiências políticas. É uma influência que fala alto desde os rincões universitários até a difusão editorial e a formação literária latino-americana.

Exemplo mais eloquente não poderia ser o dos movimentos literários que, em nossa América – como diria *José Martí*, para nos diferenciar da América que não é nossa –, abraçaram, certamente por vias nem sempre as menos defectivas, a tradição do pensamento marxista. Como prova estão aí seus cultores, como *Julio Cortázar*, *Gabriel García Márquez* ou *Pablo Neruda*.

O caso brasileiro, como uma particularidade do fenômeno maior da literatura latino-americana, pode nos demonstrar o quanto esta cultura se influenciou pelo pensamento crítico marxista. Desde *Euclides da Cunha*, na virada do século XIX para o XX, o socialismo cairia na rede de preocupações de nossos escritores e seria estudado e difundido com finalidades de transformação teórica e prática na realidade brasileira e, em geral, da América Latina.

Não seria à toa o fato de *Oswaldo de Andrade*, dos maiores nomes do modernismo literário brasileiro, membro de sua primeira geração, a geração de 1922, escrever um “Dicionário de bolso”, com verbetes dedicados a grandes personalidades da cultura mundial e neles incluir os de *Marx*, *Engels*, *Rosa Luxemburgo*, o camarada *Lênin*, o camarada *Stálin*, *Trótski* e *Luís Carlos Prestes*. Fruto de sua militância política e partidária, a obra póstuma pode ser lida com os olhos datados, mas não pode ser descartada por conta de sua historicidade. É historicamente localizada como qualquer outro texto, inclusive este que aqui escrevemos, e nesse sentido deve ser aproveitada como índice de uma dada sociedade. É claro, existem trechos transcendentais, mas mesmo eles provêm de uma realidade determinada.

De toda forma, nosso antropofágico autor deixa-nos como sugestão o que seria, para nós, brasileiros e latino-americanos, a recepção criativa do marxismo. Assim é que ele

caracteriza *Marx*: “esquina da História”. Assim é também como ele termina seu dicionário, com um verbete dedicado ao *Proletário*: “é quem aluga diariamente os seus braços para poder comer mal e dormir pior. É quem alimenta o inimigo que o explora – o capitalista. É quem se revolta afinal e desencadeia no mundo a revolução que o fará coveiro e herdeiro da burguesia”.<sup>1</sup>

Outros, tais quais *Oswaldo de Andrade*, poderiam ter escrito os mesmos verbetes e o mesmo dicionário, ainda que em outros momentos históricos e com outro estilo. Dentre os modernistas, os poetas *Carlos Drummond de Andrade*, da segunda geração, ou *João Cabral de Melo Neto*, da terceira, seriam lembranças inafastáveis. Ainda poetas, o engajado *Ferreira Gullar* ou o da práxis, *Mário Chamie*. Dentre os prosadores, toda a geração regionalista, como *Jorge Amado* – e seu impressionante “Seara vermelha” – e *Graciliano Ramos* ou *Raquel de Queiroz*, *José Américo de Almeida* e *José Lins do Rego*.

Enfim, são exemplos da ancoragem marxista na cultura brasileira e latino-americana, o que nos leva a questionar sobre quão solidamente está alicerçada esta chegada entre nós em termos teóricos. Para além de a ficção, precisamos perquirir sobre sua realização em nosso continente como teoria social e, particularmente, como teoria política. Para esse questionamento, propomos identificar, ainda que panoramicamente, os diversos modos de interpretação do legado de *Marx* em nosso continente, assim como problematizar tal linha de pensamento/prática a partir de seus grandes representantes, conceitos mais relevantes e experiências históricas, sem esquecer seus desafios contemporâneos.

## **1. INTÉRPRETES: MARXISTAS, MARXIANOS E MARXISTÓLOGOS**

O primeiro elemento a nos interessar para a mirada sobre a teoria política marxista na América Latina é de índole didática e diz respeito a uma suma das formas de uso- interpretação do marxismo em nosso continente. Trata-se de, em linhas gerais e a partir de uma visão bastante panorâmica, propor uma classificação dos teóricos que fizeram uso dessa corrente e a encamparam de modo tal a serem identificados com ela.

---

<sup>1</sup> ANDRADE, Oswald de. *Dicionário de bolso*. São Paulo: Globo; Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 70 e 112.

Tal proposta pretende dividir os intérpretes do marxismo em três grandes âmbitos, quais sejam: a) marxistas; b) marxianos; c) marxistólogos. Insistamos, aqui, em dizer que não procuramos seguir quaisquer classificações oportunizadas por outros autores, ao menos não estrita e conscientemente. Trata-se, isto sim, de empreender despretensiosa mas necessária visualização do estado da arte em nosso contexto histórico. Poderíamos, ainda, acrescentar que, em tese, é uma análise que não tem a América Latina como referente geográfico exclusivo, a não ser pelos exemplos indicados.

Justificamos a importância, mesmo que não prioritária, dessa divisão pelo fato de que a abundante e difundida exegese de *Marx* no continente pode ser facilitada se entendermos o papel que desempenha no plano geral (e, portanto, não abstrato) das considerações acerca do marxismo. Isto não quer dizer, contudo, que existam autores que se encaixem perfeitamente nos âmbitos interpretativos sugeridos, a não ser prevalentemente.

**Marxistas.** Se a literatura ficcional – ficção que é o refúgio da realidade que insiste em permanecer dialeticamente opressora – traz vários enfoques para a difusão do marxismo, poderia ela quase que em bloco ser vista a partir da designação de marxista. Mas tomemos como prioridade os teóricos da práxis no sentido de sua proposta racional (para muitos deles, científica) para a transformação da sociedade e de seu modo de produção. Dessa forma é que propomos compreender como sendo “marxistas” aqueles teóricos cujo objetivo é aplicar o pensamento de *Marx* a suas realidades, no caso, a realidade latino-americana.

**Marxianos.** Diferentes, entretanto, encontram-se os marxianos em suas análises, uma vez que são intérpretes (melhor até seria dizer “exegetas”, caso esta expressão não invocasse uma tradição de dogmatismos) da obra de *Marx* em sentido estrito, ou seja, procuram entrever aquilo que o pensador da práxis desenvolveu acerca da América Latina ou aquilo que pode lhe valer como síntese teórica. Bem sabemos que pouco escreveu *Marx* sobre nosso continente, mas ainda assim foi o suficiente para deixar um rastro para pesquisas interessadas nessa inter-relação.

**Marxistólogos.** Por sua vez, o último grupo, abrigado pelo feixe conceitual denominado de “marxistólogos”, é uma alusão aos autores que realizaram pesquisas cujo objeto foi os autores que se dedicaram a relacionar *Marx* e a América Latina, sejam os marxistas, sejam os marxianos. Trata-se, portanto e ao contrário do que poderia parecer, de uma categoria de intérpretes que se propuseram a inquirir sobre aqueles que tentaram ver no

marxismo uma teoria aplicável ao nosso continente, e não de uma denominação pejorativa dos que se preocuparam com um tema menor. Aliás, metalingüisticamente, nossa tarefa aqui se desvela como essencialmente trabalho de marxistólogo, ainda que isto não prejudique nosso posicionamento teórico com relação a uma postura marxista ou marxiana, ou melhor, não necessariamente prejudica, pois pertencer a um grupo não implica não fazer parte de outro.

Com exemplos pretendemos esclarecer a que nos leva tal classificação e como ela pode ajudar na compreensão crítica de uma teoria política marxista latino-americana.

Como dissemos, os marxistas seriam aqueles autores que se preocuparam em assumir uma posição teórica que tivesse como marco teórico a obra de *Marx* para analisar a realidade latino-americana. Notadamente, dois grandes nomes aparecem: *José Carlos Mariátegui* e *Ernesto Che Guevara*. São pensadores paradigmáticos para este conjunto de intelectuais, ainda que um, o primeiro, tenha se dedicado mais ao âmbito teórico da práxis, ao passo que o outro, o segundo, tenha sido notabilizado por sua atividade prática. Ambos, porém, conservaram em sua história de militância política tanto a prática como a teoria, além de uma perspectiva claramente revolucionária. Não trataremos deles aqui, pois dedicaremos um item de nosso trabalho inteiramente a eles, vez que são considerados como dois ícones da teoria política marxista latino-americana, verdadeira pedra de toque dessa construção teórico-prática entre nós, o que os coloca como problema à parte em nossa reconstrução.

Contudo, não só *Mariátegui* e *Guevara* integram o qualificado grupo de marxistas latino-americanos, em especial seu seletivo quinhão criativo. É preciso desde logo apontar para o fato de que a tradição marxista na América Latina não é escassa, o que não quer dizer que toda ela convirja para um pensamento crítico e criativo, sendo necessário alertar que procuraremos nos esquivar do legado de dogmatismo deixado pelo marxismo oficial dos manuais soviéticos pós-*Lênin*.<sup>2</sup>

Nesse sentido, lembramos o registro de *Michael Löwy* cuja preocupação se evidencia: mesmo sob “a hegemonia do stalinismo no pensamento de esquerda latino-americano, da década de 1930 até a Revolução Cubana, não significa que não existiram contribuições

---

<sup>2</sup> Como indicativo dessa vertente, registraremos apenas um livro: AGOSTI, Hector P.; ARISMENDI, Rodney; ERMOLAIEV, V.; SCHMIDT, Johann Lorenz; GÁTICA, Crisólogo; DORTICÓS, Osvaldo; BETTELHEIM, Charles; FACÓ, Rui. *América Latina à luz do marxismo*. Tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Felman-Rêgo, s. d.

científicas importantes ao pensamento marxista nesse período”.<sup>3</sup> O autor, exercendo aí a figura de marxistólogo que mais a frente examinaremos, sublinha a existência de notáveis marxistas reforçando as possibilidades da teoria marxista no continente, seja de um ponto de vista da história econômica ou mesmo da sociologia, como o brasileiro *Caio Prado Júnior*, os argentinos *Sergio Bagú*, *Nahuel Moreno*, *Milcíades Peña* e *Silvio Frondizi*, o chileno *Marcelo Segall* e os mexicanos *Silvio Zavala* e *José Miranda*. Poderíamos, ainda e aumentando o rol de autores como também nos atendo ao limite temporal da influência estalinista, indicar os nomes do brasileiro *Florestan Fernandes*,<sup>4</sup> dos argentinos *Aníbal Ponce* e *Carlos Astrada*, do venezuelano *Juan David García Bacca*, do espanhol-mexicano *Adolfo Sánchez Vásquez* e do argentino-mexicano *Enrique Dussel*.<sup>5</sup>

Panoramicamente, este é o grupo de marxistas mais diferenciados e com os quais não poderemos trabalhar especificamente, uma vez que a sistematização de suas obras e a síntese de uma relação entre eles transbordaria os intentos deste trabalho. Ficam, portanto, apenas registrados.

É interessante perceber, ainda, que apesar de a farta produção marxista criativa em nossa América estar patentemente demonstrada, ela parece ter estado desvinculada das grandes formas de divulgação do pensamento de *Marx* entre nós, fazendo com que se insurgisse uma série de autores, de influência marxista, contra o dogmatismo acima aduzido. Os partidos comunistas e os setores da esquerda marxista em geral demoraram a se desapegar de uma leitura meramente reprodutora da obra de *Marx*, motivo pelo qual se pôde dizer que “a Revolução Cubana foi uma ‘revolução contra *O capital*’, como Gramsci se referiu à Revolução Soviética. Ambas, aliás, foram revoluções ‘contra o *Manifesto Comunista*’, ou,

---

<sup>3</sup> LÖWY, Michael. “Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”. Em: \_\_\_\_\_ (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 2 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 40.

<sup>4</sup> *Coutinho* realça os papéis diferenciados no marxismo brasileiro tanto de *Caio Prado Júnior* quanto de *Florestan Fernandes*, em COUTINHO, Carlos Nélon. “O marxismo no Brasil”. Em: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (org.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 129-135.

<sup>5</sup> Esta é contribuição de *Raúl Fornet-Betancourt*, para o que poderíamos chamar do grupo de marxistas que o século XX gestou para o nosso continente. Ver FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina*. Tradução de Egídio F. Schmitz. São Leopoldo: UNISINOS, 1995, capítulos 5, 6 e 7.

pelo menos, contra a interpretação mais generalizada desse texto no continente”.<sup>6</sup>

Com críticas ainda mais duras, *Edgardo Lander* demonstra que o pensamento social moderno teve uma feição nitidamente colonial e o marxismo não escapou dessa caracterização. Apresentando as tensões existentes no pensamento de *Marx*, o autor elege uma como fio condutor de suas considerações, vale dizer, o marxismo como crítica e o marxismo como ciência. Isto para não falar na constatação de que o marxismo se insere como um metarrelato da história universal eurocêntrico, por causa de uma de suas fontes principais, o hegelianismo. Esta crítica, entretanto, não pretendemos esquadriñar mais, mesmo porque talvez sua mais bem acabada resposta tenha sido dada por *José Aricó*, de quem nos ocuparemos em seguida. De qualquer forma, o texto de *Lander* dedica um item a algumas questões sobre o marxismo latino-americano, as quais ainda estariam abertas com respeito “ao que foi a experiência do marxismo e da luta pelo socialismo na América Latina”.<sup>7</sup> Ressaltemos que ele adota como padrão de marxismo para nosso continente aquele dogmatista já assinalado acima. Ele indica, desse modo, que houve um “longo e estéril debate” acerca do caráter da sociedade latino-americana com relação à existência de um feudalismo ou não (ressalvando a recusa a este falso dilema por *Sergio Bagú*); uma renitente tentativa de aliança com as burguesias nacionais; uma aposta em um setor minoritário do continente, o proletariado fabril; a não visualização da heterogeneidade cultural e racial; a consideração de que a questão de índios e negros seria um tema pré-capitalista, não concernente à visão modernizadora do marxismo (aqui se faz a ressalva também de *Mariátegui*); a dificuldade de pensar o futuro do continente a partir da realidade dele; o surgimento de novos sujeitos de contestação e lutas apartados do marxismo; a abundância de acontecimentos históricos e políticos que deixou os marxistas latino-americanos surpreendidos; e uma correlação entre eurocentrismo e economicismo.

As questões são, sem dúvida, importantes e merecem uma resposta das novas gerações de marxistas, novos teóricos que devem se preocupar com uma versão criativa do marxismo

---

<sup>6</sup> SADER, Emir. “O Manifesto Comunista visto da América Latina”. Em: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto comunista 150 anos depois*. 4 reimp. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 183.

<sup>7</sup> LANDER, Edgardo. “Marxismo, eurocentrismo e colonialismo”. Tradução de Simone Rezende da Silva. Em: BORÓN, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 223.

para a América Latina. Mas elas também revelam que a crítica que lhe subjaz acaba por tomar metonimicamente a parte pelo todo e um tempo histórico por todos. É possível sim renovar o marxismo e não repetir seus erros, como os do estalinismo tão repetidos pelos seus críticos, mas isto sem abdicar de uma transformação radical da sociedade (trataremos melhor desta questão no item sobre os “conceitos-chave” do marxismo na América Latina).

Dois outros exemplos podem demonstrar a renovação implícita e a não homogeneidade do marxismo latino-americano. Em um, trata-se de reconsiderar o conceito de nação no pensamento de *Marx*, como algo inacabado e aproveitável para nossa realidade. É o que nos traz *Jorge Enea Spilimbergo*, teórico e militante argentino, ao desbravar os escritos de *Marx* que envolvem o assunto, chegando à constatação da guinada em seu pensamento – guinada esta ocultada, sem dúvida, pela interpretação marxista mais corrente – em que a questão nacional ganha um estatuto privilegiado, em especial com a defesa da independência da Irlanda, o que era encarado como a “alavanca da revolução social dentro da Inglaterra”.<sup>8</sup> Com isso, *Marx* tornava patente seu entendimento de que “todas as classes sociais da Inglaterra se beneficiam da colonização da Irlanda, amortecendo assim seus conflitos internos”, propugnando pela irlandização do mundo, dando vivas mostras de que, na interpretação de *Spilimbergo*, “cada vez mais, revolução nacional e socialista se *aproximam*, até tornar-se *aspectos* de um mesmo processo revolucionário combinado”.<sup>9</sup>

O outro exemplo é o da avaliação do pós-marxismo por *Augustín Cueva*, sociólogo equatoriano, em especial no tocante ao estado. O autor, no texto por nós resgatado, critica os autores da sociologia pós-marxista latino-americana, assinalando que “em lugar de descobrir a lógica de que necessita para justificar seu próprio raciocínio, fabrica os elementos de que necessita para justificar seu próprio raciocínio”,<sup>10</sup> uma vez que apela para explicações baseadas na geografia e na família para desvendar a cultura autoritária do continente, ao invés do sistema econômico. Assim, ele toma tais construções teóricas não como pós-marxistas, mas sim como pré-marxistas, por desconsiderarem sua contribuição para a análise sociológica. E mais, faz uma crítica bastante pertinente para a atualidade, na medida em que

<sup>8</sup> SPILIMBERGO, Jorge Enea. *A questão nacional em Marx*. Tradução de Carlos Fernando de Moraes Barros. Florianópolis: Insular, 2002, p. 88.

<sup>9</sup> SPILIMBERGO, J. E. *A questão nacional em Marx*, p. 91 e 94.

<sup>10</sup> CUEVA, Augustín. “A análise ‘pós-marxista’ do estado latino-americano”. Em: SADER, Emir (coord. ed.). *Cadernos de pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, vol. 1, 2008, p.34.



aqueles autores se rendem a uma espécie de “movimentismo” que renega qualquer organização partidária (que não se confunde com organização eleitoral) e acaba por fazer uma ode ao espontaneísmo como forma de contraposição à opressão moderna, o que, de fato, não constitui uma abordagem de transformação radical.

Creemos assim ter contribuído com uma ampla visão daquele grupo de autores que consideramos marxistas. Agora, passemos aos marxianos, ou seja, àqueles que se dedicaram à obra de *Marx* e nela encontraram a América Latina.

Paradigmático, aqui, é o caso de *José Aricó*, de origem argentina, e sua dedicação ao estudo e divulgação da obra de *Marx* relativa à América Latina. Será o principal o autor por nós abordado, até por conta de sua peculiar dedicação a esta empreita.

Em seu livro “Marx e a América Latina”, *Aricó* se dedica a construir, como diz um seu comentador, “um pensamento que conquista sua autonomia” mas que “passa pelo conflito entre um pensamento teórico liberado e uma resistência afetiva à ruptura”,<sup>11</sup> dentro de um espectro de ilações teóricas que percebe a América Latina em sua ambigüidade, pelo que não acabou passando impune o marxismo. É bom registrar que “*Aricó* foi um gramsciano declarado”,<sup>12</sup> tendo por fulcro as categorias de criticidade e historicidade, o que se revelará predominante na análise que segue.

*Aricó* destrincha a ressonância do marxismo na América Latina a partir das referências de *Marx*. Nessa tarefa percebe que a América Latina se apresenta como um “sujeito histórico”, o qual apresenta dificuldades intrínsecas de análise para o teórico da práxis alemão. Entretanto, sua principal contribuição foi rebater as críticas de que *Marx* teria realizado uma interpretação eurocêntrica em seus escritos. O rótulo não lhe cabe pela disparidade entre sua simplicidade categorial e o nível de complexidade que se constata na obra do grande revolucionário. A suposta crise do marxismo, acriticamente considerado eurocêntrico (no que tange à obra de *Marx*), não passa na verdade de um sinal de vitalidade, pois percebe seus limites e se supera. Teses bastante difundidas foram a de que *Marx* ignorou ou desprezou a situação do capitalismo periférico e *Aricó* apaixonadamente as desmente, resgatando, inclusive, como essencial sua pesquisa e comentário sobre a Irlanda, que já

<sup>11</sup> FRANCO, Carlos. “Apresentação”. Em: ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Tradução de Maria Celeste Marcondes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 27.

<sup>12</sup> PRADO, Maria Lígia. “Marx e a América Latina”. Em: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã; Humanitas-FFLCH/USP, 1996, p. 330.

indicamos acima como âncora para a compreensão da questão nacional desde *Marx*.

Assim é que evidencia que com seus “Elementos fundamentais para a crítica da economia política (*Grundrisse*)” e com a produção de artigos que vão de 1851 a 1862 *Marx* se interessara pela expansão do capitalismo, o que tinha no colonialismo seu grande desdobramento. Mas não só, pois ao focar o estudo do subdesenvolvimento, *Marx* estabelecera as premissas da teoria do imperialismo bem como projetara a possibilidade de revolução no mundo colonial. Não à-toa, além de Irlanda e Índia, também estiveram sob suas lentes o caso chinês e o russo. E assim é que se pode melhor entender uma asserção que já se apresentava nas bocas dos teóricos da dependência: “o subdesenvolvimento se desenvolve em função do desenvolvimento da metrópole, e o que permanece constante é a posição subordinada do país colonizado”.<sup>13</sup>

Daí é que se tornaria mais factível a investigação dos porquês do esquecimento de *Marx* em relação à América Latina. Afastado o eurocentrismo, restaram algumas tensões em seu pensamento, sendo a principal a herança filosófica hegeliana, encarapitada pela contraposição de conceitos entre nações com e sem história. Aqui se erigia uma filosofia da história universal e linear, contra o que o próprio *Marx* posteriormente se oporia, uma vez reconhecido o papel da questão nacional, em especial no caso irlandês, para se pensar a questão da revolução. Todavia, a reflexão de *Marx* quanto à América Latina padeceu com essa tradição teórica, vendo-se na formação de nações a partir do estado, ou seja, da irracionalidade e arbitrariedade autoritárias, o caráter de nossos países. Para ele, portanto, havia um descompasso entre estrutura econômica e força social e este descompasso foi avaliado negativamente. Eis o exacerbado antibonapartismo de *Marx*: “é no exacerbado *antibonapartismo* de *Marx* que é possível localizar as razões políticas que provocaram a ressurreição da noção [de povos sem história] e essa espécie de cegueira sofrida pelo pensamento marxiano”.<sup>14</sup>

No entanto, a mais bem articulada reflexão de *Aricó* em relação à obra de *Marx* sobre a América Latina diz respeito à análise deste sobre *Simón Bolívar*, o libertador. Recentemente

<sup>13</sup> ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Tradução de Maria Celeste Marcondes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 53.

<sup>14</sup> ARICÓ, J. *Marx e a América Latina*, p. 92.

republicado no Brasil<sup>15</sup> o artigo sobre o líder latino-americano, introdu-lo exatamente o capítulo em que *Aricó* o comenta, o qual é o último capítulo de seu livro.

Em suma, podemos dizer, junto a *Aricó*, que *Marx* assume e nega, a um só tempo, a filosofia hegeliana ao escrever sobre o “Libertador”. De um lado, a noção dos povos sem história é subsumida; de outro, a idéia de que um estado pode produzir a sociedade civil é rejeitada. *Marx* teria esgotado o projeto bolivariano no plano do autoritarismo. Mas o autor argentino argumenta terem existido duas idéias-força naquele projeto: uma nacionalidade geograficamente estendida e o estabelecimento de uma ordem política e social. E isto teria passado despercebido por *Marx* no que se refere a sua singularidade. Assim, queda explicada a ojeriza do alemão pelo líder de nossa América, o que desbanca o argumento do eurocentrismo, pois “aceitar a qualificação de ‘eurocêntrico’ com que se pretende explicar a oclusão marxiana, implica questionar de fato o filão democrático, nacional e popular que constitui uma parte indestacável do pensamento de *Marx*”<sup>16</sup> e ao mesmo passo aceitar que o capitalismo não é eurocêntrico. Definitivamente, o achamento das duas “almas” de *Marx*, por *Aricó*, uma hegelianizante e uma libertária, significou a comprovação de que o marxismo é uma corrente de pensamento totalmente válida como instrumento para a transformação da realidade de nosso continente, apesar de os desvãos em que se imiscuiu ao longo de nossa história.<sup>17</sup>

Quanto aos marxistólogos, investiremos em uma comparação acerca da periodização feita por eles com respeito à recepção do marxismo na América Latina. Como se trata de autores que tiveram por intento dissertar sobre os anteriores, sejam os marxistas ou os marxianos, sua caracterização se coaduna com uma percepção meta-teórica, quer dizer, que se debruça sobre outros autores que se debruçaram sobre o marxismo. Não por isso deixam de ser marxistas, mas seu papel fica ligado, no que tange a sua atividade “marxistológica”, à história das idéias.

Talvez a mais completa síntese sobre esse assunto e possuidora de uma clareza sobre

<sup>15</sup> MARX, Karl. *Simón Bolívar por Karl Marx*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins, 2008.

<sup>16</sup> ARICÓ, J. *Marx e a América Latina*, p. 116.

<sup>17</sup> *Werner Altmann* acentua que a produção teórica de *Marx*, como a de *Engels*, insere-se “no marco do pensamento socialista do século XIX, pensamento este não de todo imune ou até mesmo impregnado do ‘espírito colonialista’ europeu da época” e no mais não diverge muito de *José Aricó*. Ver ALTMANN, Werner. “Marx, Engels, o México e a América Latina”. Em: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã; Humanitas-FFLCH/USP, 1996, p. 325.

seu objeto de estudo é a de *Raúl Fornet-Betancourt*, intitulada “O marxismo na América Latina”. Em especial, socorrer-nos-emos dele, mas também do bastante divulgado, certamente mais que o do autor citado, ensaio de *Michael Löwy* sobre o marxismo latino-americano, bem como da contribuição de *Enrique Dussel*, o qual constringe qualquer analista que pretende fazer uma classificação com categorias genéricas, vez que ele pode ser descrito, quiçá mais que os outros quanto a América Latina, como um marxista, um marxiano e um marxistólogo.

Começamos pela periodização de *Löwy*, que soeu ser amplamente aceita pelos meios intelectuais marxistas do continente. Divide ele nosso marxismo do século XX em três momentos, dois dos quais marcados pela tonalidade revolucionária. O *primeiro* é o concernente às décadas de 1920 e 1930, período no qual foi possível o desenvolvimento de uma concepção aberta de marxismo e que teria na figura de *Mariátegui* seu ponto alto. Já o *segundo* período é o caracterizado pela hegemonia estalinista, em especial após o falecimento de *Mariátegui*, em 1930, até que em Cuba se reinaugurasse uma era revolucionária. Este período, tangido pela submissão a Moscou, mostraria as políticas de alianças com a burguesia, em prol de uma construção do capitalismo em nosso continente que permitisse a passagem para o socialismo, revelando desde logo uma concepção etapista da história e da luta política. Também ficaria marcado pelas marchas e contramarchas do conflito de superpotências mundiais, conhecido como a guerra fria. Por fim, o *terceiro* período seria o de um novo momento revolucionário, no qual ganha projeção o sucesso do Movimento 26 de Julho, liderado por *Fidel Castro* e que acaba triunfando por sobre o governo despótico de *Fulgencio Batista*, em Cuba. A partir daí, várias experiências revolucionárias emergiriam, a maior parte delas frustradas, mas, de qualquer modo, arejando a corrente marxista na América Latina e assentando o fato de que “paralelamente ao crescimento de novas correntes revolucionárias, a Revolução Cubana estimulou o desenvolvimento da ciência social marxista”.<sup>18</sup>

Algumas discordâncias há, por sua vez, com relação à periodização apresentada, na proposta de *Fornet-Betancourt*. Insta-nos, antes, chamar a atenção para uma curiosa coincidência: tanto *Löwy* quanto *Fornet-Betancourt* são latino-americanos emigrados e estabelecidos na Europa. Um é brasileiro-francês e o outro é cubano-alemão. Quiçá seu distanciamento do continente os tenha impulsionado a escrever sobre sua tradição marxista.

<sup>18</sup> LÖWY, Michael. “Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”, p. 48.

Para *Fornet-Betancourt*, que pesquisou sobre a recepção filosófica do marxismo na América Latina, é possível perceber sete grandes momentos, além de uma pré-etapa que antecede e torna possível esta recepção. Esta fase preliminar se caracteriza pela incorporação do pensamento utópico na América Latina, desde 1830 quando o argentino *Estebán Echeverría* volta de Paris influenciado pelo socialismo francês. A partir de então, toda uma série de experiências, que não nos cabe relatar, dá-se no sentido de uma vertente anarquista e utopista.

A primeira fase, no entanto, erige-se como um momento de divulgação bastante difusa do marxismo, uma preparação para seu florescimento no continente que se inicia, simbolicamente, com a publicação da “Cartilha socialista”, de *Plotino Rhodakanaty*, teórico grego fixado no México com formação utópico-crítica, mas também já absorvendo alguns elementos da obra de *Marx*. Também simbolicamente, esta primeira fase se encerra com o texto de 1883 de *José Martí* sobre *Marx*, quando da morte deste, o primeiro escrito relevante filosoficamente para a história do marxismo na América Latina.

Como consequência, a segunda fase traz já a delimitação ideológica necessária para uma abordagem mais séria do marxismo no continente. Assim é que, em 1884, ocorre a primeira publicação de uma tradução do “Manifesto comunista”, aparecida no jornal mexicano “El socialista”, reimpressão de uma versão madrilenha editada doze anos antes. Este período histórico é aquele em que justamente costumam se basear os marxistólogos que procuraram reconstituir a história do marxismo na América Latina. É o caso do próprio *Löwy*, ao notar a divulgação feita pelos imigrantes europeus e a influência da constituição da II Internacional (a Socialista), em 1899, bem como a presença de figuras como *Juan B. Justo*, o primeiro a traduzir “O capital”, algo como um reformista argentino, e *Luis Emilio Recabarren*, integrante da ala revolucionária da II Internacional. Também, não se pode esquecer a presença do correspondente da revista alemã “Neue Zeit”, na Argentina, *Germán Ave-Lallemant*.<sup>19</sup> Também *Pablo González Casanova* empreende sua interpretação a partir

---

<sup>19</sup> LÖWY, M. “Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”, p. 14. Conferir também LÖWY, M. “Notas sobre a recepção do marxismo na América Latina”. Tradução de Regiani Zornetta e Viviani Zornetta. Em: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã; Santo André: NET, 1998, p. 11 e seguintes. As mesmas constatações são feitas em COGGIOLA, Osvaldo. “O surgimento do marxismo na América Latina”. Em: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (org.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007, 137-138.

desse período, dando destaque para “três casos singulares”, quais sejam, o do Brasil, da Argentina e de Cuba.<sup>20</sup> Por seu turno, *Fornet-Betancourt* abarca todas essas peculiaridades em sua investigação e dá ênfase ao debate ocorrido entre marxismo e positivismo, algo também assinalado pelos outros marxistólogos citados, mas que ganha um relevo especial em seu trabalho por ser encarado como um verdadeiro encontro, especialmente na Argentina, no qual o positivismo tingira-se de cores progressistas. Grandes nomes do socialismo positivo latino-americano, seus verdadeiros fundadores – já mostrando o ineditismo da empreita – seriam o já mencionado *Juan B. Justo* e *José Ingenieros*. Para o autor cubano-alemão, o período em tela se encerra com a vitória da revolução russa, em 1917.

É desde a implantação dos partidos comunistas na América Latina, que se inicia em 1918, que toma corpo a terceira fase do marxismo por essas bandas. É um período marcado pela institucionalização do movimento operário em sua luta política e que culminará com a “Primeira conferência comunista latino-americana”, em 1929, sob os auspícios das determinações da III Internacional (a Comunista), criada em 1919. É nesta fase, portanto, que surgem os PC’s da Argentina (1918), do México (1919), do Uruguai (1920), do Chile (1921), do Brasil, (1922), de Guatemala, El Salvador e Nicarágua (1923), de Cuba (1926), do Peru e do Equador (1928) e da Colômbia (1926 e, depois, 1930). Mais tardio seria o aparecimento dessas organizações em outros países, como República Dominicana (1942), Venezuela (1945) e Bolívia (1950). E também nesse período se desenrolaria a discussão entre marxismo e populismo, a partir de grandes personagens do continente, o cubano *Julio Antonio Mella* e o mexicano *Victor Raúl Haya de la Torre*.

*Fornet-Betancourt* destaca um quarto momento do seio deste terceiro para diferenciar a produção intelectual de *Mariátegui*, que em 1928 publica seu “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana” e logo em 1930 vem a falecer por complicação de seus antigos problemas de saúde. Mas o mais interessante a se verificar, algo que sugere uma profunda reflexão histórico-filosófica sobre o tema, é que o autor diverge sensivelmente em relação às três etapas propostas por *Löwy*:

---

<sup>20</sup> CASANOVA, Pablo González. “Os pioneiros do marxismo na América Latina”. Tradução de Paulo Barsotti e M. Dolores Prades. Em: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã; Santo André: NET, 1998, p. 19 e seguintes.

à diferença de autores como Boris Goldenberg, não falo desta etapa [a terceira] no sentido de um tempo de fundação do comunismo ibero-americano, nem também – à diferença de Michael Löwy –, no sentido do período revolucionário do marxismo na América Latina. Como indica o título deste capítulo [Etapa da implantação da ortodoxia ou da recepção do marxismo no fio condutor da atuação dos partidos comunistas da América Latina (1918/19-1929)], designo esta etapa antes como período em que, graças ao trabalho teórico e prático dos partidos comunistas, se impõe a “ortodoxia”.<sup>21</sup>

Assim, *Fornet-Betancourt* precisa promover uma incisão no período para salvaguardar a autonomia do pensamento mariateguiano, a qual de fato se deu, ao contrário de como procede Löwy ao considerar o próprio período em que se insere *Mariátegui* como sendo um momento em que estouraram revoluções, de índole não exclusivamente marxista, mas também a consideração de que a revolução russa é uma inspiração também revolucionária para o próprio pensamento marxista latino-americano da época. E assim se justificaria Löwy:

juntamente com quadros e pensadores que eram autenticamente revolucionários e internacionalistas mas também, como Mella e Mariátegui, capazes de pensamento independente, o comunismo latino-americano começou a ver o desenvolvimento de outro tipo de líder no fim da década de 1920. Esses dirigentes estavam ligados muito mais diretamente a um ponto de vista político e intelectual do aparelho do Comintern de Stalin, cujas variações seguiram com uma fidelidade exemplar.<sup>22</sup>

Fica explícita, portanto, a contrariedade entre os autores, ainda que se possa ressaltar em ambos apontamentos que bem explicam o marxismo latino-americano. Com o segundo, estamos de acordo em aceitar a benéfica influência da revolução de 1917, assim como o relevo da obra de *Mariátegui*. Com o primeiro, entretanto, cabe concordar no que pertine à acurada percepção de que hegemônico mesmo foi manualesco marxismo estalinista, frente ao qual *Mariátegui* foi uma exceção, e que sua influência se faria sentir por muito tempo. Esta é portanto uma dificuldade intrínseca à própria tarefa de periodizar um fenômeno histórico que raramente sói ajustar-se a uma definição homogênea e padrão.

A panorâmica de *Fornet-Betancourt* ainda possui outros três momentos. O quinto se notabiliza pela inclusão do marxismo nas discussões filosóficas acadêmicas de nossa América. Vai de 1930, ano em que fervilham as publicações regulares de revistas marxistas

<sup>21</sup> FORNET-BETANCOURT, R. *O marxismo na América Latina*, p. 72-73.

<sup>22</sup> LÖWY, M. “Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”, p. 20.

ligadas aos partidos comunistas, até 1940, quando *José Vasconcelos*, filósofo mexicano de grande alcance universitário, dedica um capítulo ao marxismo em seu “Manual de filosofia”. É nesse período que se destacam nomes como o de *Carlos Astrada* e *Aníbal Ponce*, ainda que inseridos num contexto de adversidade acadêmica às idéias marxistas.

O desdobrar desse contexto é o surgimento de uma etapa caracterizada pela estagnação e estalinização profunda do pensamento marxista latino-americano. Do fim do pacto de não-agressão entre URSS e Alemanha, o que faz avançar os partidos comunistas na América Latina que se reorientam no sentido de retomarem o capitalismo, e não o fascismo de além-mar, como seu principal inimigo, até 1958, fim oficial da guerra fria, gesta-se esta estagnação. Bastante sugestivo é perceber que os acontecimentos históricos a delimitar esta época são justamente os que mostram o quão decisivo era o bedelho soviético.

Por fim, chegamos ao período em que se busca parir uma nova forma de marxismo, resgatando sua natividade, principalmente tributária de *Mariátegui*. Na interpretação do autor, feita no primeiro meado da década de 1990, este período começava com a revolução cubana, indiscutível marco para a intelectualidade de esquerda do continente, e se diluía na atualidade. Trata-se de um momento em que os grupos acadêmicos melhor se articulariam e se arejariam, traduzindo *Marx*, lendo *Gramsci*, recebendo *Sartre* e *Marcuse* e concebendo a teologia da libertação. Estas seriam as inovações da teoria político-filosófica marxista no continente que se conjugavam com as grandes experiências revolucionárias, como a guinada socialista do regime encabeçado por *Fidel Castro*, a tentativa de uma via democrática para o socialismo no Chile de *Allende* e a vitória do marxismo sandinista na Nicarágua. Os autores destacados por nosso marxistólogo seriam *Ernesto Guevara*, de quem falaremos no próximo item, *Juan David García Bacca*, *Adolfo Sánchez Vásquez* e *Enrique Dussel*. É, aliás, a partir deste último que nosso autor ressalta “o caráter antidogmático do marxismo latino-americano intencionado e com isso se liga à linha de tradição do marxismo criativo na América Latina, especialmente daquele de José Carlos Mariátegui e Ernesto Che Guevara”.<sup>23</sup>

O caminho, inclusive, que vai de *Mariátegui*, passando por *Guevara*, e chegando a *Dussel* é o que inspira este trabalho e informa as possibilidades de se discutir, sem pretender mais que reavivar o debate na América Latina ainda que de uma forma não estática, os

---

<sup>23</sup> FOrNET-BETANCOURT, R. *O marxismo na América Latina*, p. 316.



problemas, certamente preliminares, de uma teoria política marxista na América Latina.

Nesse ponto, cabe-nos valermos de *Dussel*, autor versátil de vasta obra marxiana<sup>24</sup> e que, ao mesmo tempo, pode ser tido como um marxista e um marxistólogo. Em um de seus livros sobre *Marx* ele desenha também um prospecto sobre o marxismo na América Latina, após resgatar o pensamento de *Marx* oriundo de sua viragem teórica com a análise da questão russa, bem como da irlandesa e polonesa. Ou seja, um *Marx* atento à questão nacional e à periferia do sistema capitalista europeu. Divide o marxismo em quatro etapas, essencialmente, sendo a primeira de preparação, até 1919, representada pelos pioneiros; a segunda, caracterizada pelos marxistas revolucionários – note-se aqui a concordância com a interpretação de *Löwy* já existente desde pelo menos 1982, sendo que o livro de *Dussel* é de 1990; a terceira, marcada pelo frentismo etapista (política de alianças dos PC's com a burguesia) e pelo *browderismo* anti-revolucionário (política de apoio aos “aliados” contra o fascismo), que perdura desde 1935 até 1959; e a quarta fase que é a das revoluções cubana e nicaragüense, permitindo novas perspectivas para o marxismo no continente latino-americano, enriquecendo-o com um cabedal de conceitos que extrapolaria os encarnados pelas viseiras dogmáticas de até então, destacando-se o pensamento de *Che Guevara*, com sua análise de povo e nação, bem como sua mirada para a dimensão subjetiva da revolução socialista. Não à toa nos ensinaria *Dussel*, quanto à necessidade de assentarmos-nos ante um conteúdo “ético” do marxismo: “desde ahora entiéndase por ‘ético’ la posición política e histórica en la que la subjetividad ‘se pone’ ante el sistema de dominación”.<sup>25</sup>

Com *Dussel*, encontramos um marxismo que se renovou e está tentando responder à realidade concreta latino-americana, sendo devedor direto da criatividade metodológica (investigativa, expositiva e prática) da linhagem que vai de *Mariátegui* a *Guevara*, de um revolucionário a outro. É por isso que não poderíamos deixar de considerar a produção desses dois marxistas, verdadeiros mitos (como talvez o pensar mariateguiano se expressaria) ou

<sup>24</sup> *Enrique Dussel* dedicou três grandes obras suas, fruto de seu estudo sobre *Marx* na década de 1980, sobre este pensador da práxis e que revelam sua importância no cenário marxista latino-americano. São elas: DUSSEL, Enrique Domingo. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. 4 ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2004; DUSSEL, E. D. *Hacia un Marx desconocido: un comentario de los Manuscritos del 61-63*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores; Iztapalapa, 1988; e DUSSEL, E. D.. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de “El capital”*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores; Iztapalapa, 1990.

<sup>25</sup> DUSSEL, E. D. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana...*, p. 293.

exemplos (de acordo com o discurso guevarista) para o movimento de transformação radical da realidade da América Latina.

## 2. DOIS ÍCONES: MARIÁTEGUI E GUEVARA

Quase em sua unanimidade, as reflexões marxistológicas apontam dois pilares para o marxismo na América Latina. O final da vida de um coincide com o início da vida do outro. *Mariátegui*, “indubitavelmente o pensador marxista mais vigoroso e original que a América Latina já conheceu”,<sup>26</sup> e Guevara, o “más significativo teórico marxista, además de revolucionario real, de la historia del continente”,<sup>27</sup> não casualmente, vez por outra e a depender do intérprete, são considerados os mais importantes nomes do marxismo latino-americano.

Iniciemos esta breve notícia sobre o significado da obra desses dois pilares do marxismo em nossa América por *Mariátegui*. Este peruano, nascido em 1894, faria história ao investir em uma interpretação nacional a partir do marxismo, um verdadeiro testamento histórico do marxismo criativo latino-americano. Os intérpretes mais afamados não cansam em render homenagens a essa figura que, sem dúvida, oxigenou o movimento operário do continente.

Prolífico crítico literário e poeta, escreve com o pseudônimo de *Juan Croniquer* até 1918, ano em que assume uma postura política mais radical e o que lhe obriga mesmo a deixar o país, ainda que não da pior forma, afinal lhe fora proposto o exílio, às expensas do governo peruano em troca da prisão, muito por conta de um parente que trabalhava no alto escalão público, algo que lhe renderia muitas críticas. E seria exatamente o exílio a lhe proporcionar o amadurecimento político necessário, especialmente sua aproximação à militância italiana, para que, quando retornasse ao solo peruano, engrossasse as jornadas de protestos organizada por *Haya de la Torre* e fizesse parte das universidades populares *González Prada*, universidades estas influenciadas pelo movimento de reforma universitária

---

<sup>26</sup> LÖWY, M. “Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”, p. 17.

<sup>27</sup> DUSSEL, E. D. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana...*, p. 285.

desabrochado em Córdoba, em 1918, e que veria surgir também as universidades populares *José Martí*, em Cuba, e *Lastarria*, no Chile.

Em 1924, após a prisão e exílio de *Haya de la Torre* (*Mariátegui* também sofreria uma detenção), *Mariátegui* se apresentaria como a principal liderança de esquerda no Peru, chegando a assumir a direção da revista “Claridad”, o órgão da juventude que reivindicava a reforma universitária. Aqui, ele assumia a posição de mais importante nome do socialismo no Peru, ao mesmo tempo em que sua saúde se esvaía, tendo mesmo uma perna amputada.

A partir daí se conhece os anos mais importantes da produção teórica de *Mariátegui*, sendo que “sua preocupação principal nessa instância é estudar profundamente a realidade peruana a partir do método marxista”.<sup>28</sup> *Sánchez Vásquez* considera três momentos distintos na vida intelectual de *Mariátegui*: um primeiro, de 1911 a 1919, em que a tônica é a atividade jornalística; um segundo, de 1919 a 1923, marcado por seu exílio na Itália; e um terceiro, de 1923 a 1930, em que se caracteriza por estar definitivamente “convertido já em um socialista marxista”.<sup>29</sup>

Cabe lembrar que este último período, o que mais nos interessa, ficou para a história como o da construção da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana). *Mariátegui* compartilhou em muito de sua proposta – encabeçada por *Haya de la Torre* – até que seu dirigente principal, no exílio mexicano, propôs para o que até então era um movimento que ele se tornasse um partido eleitoral. As convergências, aí, acabaram e *Mariátegui* abandonou o projeto que parecia cair em um populismo do qual ele não podia comungar. Ele, ainda assim e “contudo, coincide em vários pontos importantes com a APRA, o que o diferenciará da linha oficial da Internacional”,<sup>30</sup> vez que no ano de 1928 ele fundaria o Partido Socialista do Peru. Essas coincidências giram em torno do papel da nação e dos indígenas, da luta contra o latifúndio e da percepção da peculiaridade peruana frente ao capitalismo central. No entanto, elas não permitem ocultar o principal, vale dizer, para os aprietas tratava-se de superar o

<sup>28</sup> PERICÁS, Luiz Bernardo. “Introdução: José Carlos Mariátegui e o marxismo”. Em: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. Tradução, organização e notas de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 21.

<sup>29</sup> VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. “Mariátegui, grandeza e originalidade de um marxista latino-americano”. Tradução de Terezinha Ferrari e Rubens Gallino Júnior. Em: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã; Santo André: NET, 1998, p. 47.

<sup>30</sup> ALIMONDA, Héctor. *José Carlos Mariátegui: redescobrir a América*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 64.

marxismo contextualizando-o na América Latina, ao passo que para *Mariátegui* significava incorporar, sem mutilar, a realidade latino-americana à interpretação marxista da realidade.<sup>31</sup>

Isto tudo mostra que estão certos todos os que vêem nele o pródromo da criatividade marxista no continente. E o mais surpreendente é encontrar em sua história a crítica de que ele propunha uma visão europeísta para suas interpretações da América e do Peru. Tal é a reação principal ante seu clássico “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana”, de 1928: “muitos críticos, principalmente apristas, na ocasião, acusam-no de apenas ser um ‘jornalista’, ainda com traços ‘europeizantes’, sem profundidade nem conhecimento acadêmicos”.<sup>32</sup> Extrema contradição para o autor que seria, posteriormente, tido como o lapidador da “primeira análise marxista sistemática do conjunto da evolução de um país latino-americano”.<sup>33</sup> *Marx* mariáteguizado nos revela a hiperatualidade de seu método.

Talvez três temas se destaquem em *Mariátegui* no que tange a sua contribuição para a teoria política marxista latino-americana. Um, sem dúvida, é a questão nacional, conciliada com o marxismo, ou seja, a junção da realidade indígena à proposta socialista. Outro seria a concatenação, inaugurando-se aí uma bastante inteligente linha marxista no continente, entre objetivo e subjetivo, quer dizer, o papel da ação humana como parteira da história que não flutua no ar mas antes assenta-se na realidade concreta das condições objetivas postas. Por fim, o otimismo militante, que crê na ação e vê pessimistamente a inteligência. Enfim, poderíamos resumir tudo em duas palavras: mito e revolução.

Começemos pelo fim. Com uma fórmula do mexicano *José Vasconcelos*, nem de longe um marxista – o que atesta a heterodoxia de *Mariátegui* –, nosso marxista peruano parte em busca de uma nova significação para o homem. O dístico “pessimismo da realidade e otimismo do ideal”<sup>34</sup> se converte logo na gramsciana tese do “pessimismo da inteligência,

<sup>31</sup> “O especificamente indo-americano não é para ele razão para superação, respectivamente, ruptura, mas o desafio que os marxistas da América Latina devem colocar para si mesmos, isto é, da aplicação criativa do método de Marx, significando o ‘criativo’ a preocupação de tomar em conseqüente consideração a peculiaridade da América Latina”. FORNET-BETANCOURT, R. *O marxismo na América Latina*, p. 116.

<sup>32</sup> PERICÁS, L. B. “Introdução: José Carlos Mariátegui e o marxismo”, p. 23.

<sup>33</sup> ALIMONDA, Héctor. *José Carlos Mariátegui...*, p. 57.

<sup>34</sup> MARIÁTEGUI, José Carlos. “Pesimismo de la realidad y optimismo del ideal”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 35-39.

otimismo da ação”.<sup>35</sup> Aqui estamos ante uma postura filosófica, a partir da qual é possível perceber sua coerência prática. Por exemplo, enquanto integrava a APRA via nela uma possível compactação de forças, afinal a realidade não era perfeita e aquela aliança supria uma necessidade coletiva de opor-se ao imperialismo na América Latina. Chegou o momento necessário da ruptura e a realidade não seria menos dura, tendo-se de enfrentar o dogmatismo da III Internacional, ainda que o Partido Socialista peruano aderisse integralmente ao marxismo-leninismo dela em seu programa. É nesse sentido que é possível perceber a admiração e, ao mesmo tempo, a superação crítica ao escritor russo *Máximo Górkí* no comentário que segue: “Górkí nunca foi bolchevique. Em geral falta aos intelectuais e aos artistas a fé necessária para envolver-se de forma facciosa, disciplinada e sectária nos quadros de um partido”. Contudo, o literato “não tardou em aproximar-se da revolução”, afinal ele e outros intelectuais russos “se contagiaram e se inflamaram de fé revolucionária”.<sup>36</sup> Assim, tal como *Górkí* mas também o superando, *Mariátegui* presente a necessidade do projeto coletivo que leve à revolução, pois a ação individual é inócua se não estiver conjugada com um sentimento coletivo de mudança. Também intelectual, não deixou nunca de sê-lo, *Mariátegui* superou sua própria falta de fé. A fé necessária é um elemento central em sua concepção marxista.

Daí fica mais claro o que quisemos dizer com concatenação objetivo-subjetiva mariáteguiana. A hegemonia presente no marxismo de então, um efeito colateral da recepção do biologismo espenceriano de cunho positivista no marxismo da virada do século, faria um intelectual, sem formação como insistiriam seus críticos, como *Mariátegui* refletir sobre sua realidade de modo a não crer em um infundado objetivismo. Esta é a função do mito em seu pensamento, tributário neste particular de *Sorel*. Um mito que significa uma fé e uma esperança.<sup>37</sup> Talvez, por conta de seu otimismo na ação, trate-se antes de uma “agirança”, se nos for concedido brincar com a formação da palavra. Ele, então, propôs seu mito e sua utopia, realizável todavia. Era o socialismo.

<sup>35</sup> Conferir NASCIMENTO, Cláudio. “Mariátegui, ‘Che’ Guevara, Carlos Fonseca: fontes da revolução na América Latina”. Em: NASCIMENTO, Cláudio; LÖWY, Michael. *Marxismo e socialismo na América Latina*. São Leopoldo: CECA; Rio de Janeiro: CEDAC, 1989, p. 29.

<sup>36</sup> MARIÁTEGUI, José Carlos. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. Tradução, organização e notas de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 101-102.

<sup>37</sup> “La civilización burguesa sufre de la falta de un mito, de una fe, de una esperanza”. MARIÁTEGUI, J. C. “El hombre y el mito”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 28.

Sua mística revolucionária e sua ética socialista não se desapegavam, como frisamos, da realidade. E não nos parece descabido concordar com *Sánchez Vásquez* quando diz que há dois traços essenciais ao marxismo de *Mariátegui*: “sua atenção ao papel da ação, das forças sociais que podem transformar a realidade”, assim como “sua preocupação pelas peculiaridades desta realidade concreta, que devem ser sobretudo levadas em conta tanto na hora de sua interpretação quanto na de sua transformação prática, efetiva”.<sup>38</sup>

Nessa toada, tange *Mariátegui* um instrumento bastante fecundo, a interpretação nacional. E esta clareza não está longe da necessária interpretação do continente latino-americano. Como diria um dos mais importantes marxistas peruanos pós-*Mariátegui*, “conectada con este interés por la política mundial está la inquietud continental de Mariátegui y su acción como líder del movimiento revolucionario de Hispanoamérica, hoy más patente y reconocido que nunca”.<sup>39</sup> Desse modo, falar de nação é também falar de continente, ou seja, o Peru é também a América Latina. E é disso que se deve nutrir o marxismo latino-americano renovado pelo século XXI.

Diz-nos *Mariátegui*: “la crítica marxista estudia concretamente la sociedad capitalista”. E foi isto que ele próprio destinou-se a fazer, pois que “vana es toda tentativa de catalogarla como una simple teoría científica, mientras abre en la historia como evangelio y método de un movimiento de masas”.<sup>40</sup> Nada de encarar o marxismo com as lentes deveras embaçadas do cientificismo. Melhor seria torná-lo ele mesmo, o marxismo, lentes para melhor compreender a realidade.

E com essa visão pôde *Mariátegui* intuir que “los pueblos de la América española se mueven en una misma dirección” e é, muito por causa disso, que “su unidad no es una utopía, no es una abstracción. Los hombres que hacen la historia hispano-americana no son diversos”. É claro que aqui se deveria apontar para uma aproximação revolucionária:

ahora como entonces, la emoción revolucionaria da unidad a la América indo-española. Los intereses burgueses son concurrentes o rivales; los intereses de las masas no. Con la Revolución Mexicana, con su suerte, con su ideario, con sus hombres, se sienten solidarios todos los hombres nuevos de América. Los brindis

<sup>38</sup> VÁSQUEZ, A. S. “Mariátegui, grandeza e originalidade de um marxista latino-americano”, p. 50.

<sup>39</sup> BONDY, Augusto Salazar. “Prólogo”. Em: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 9.

<sup>40</sup> MARIÁTEGUI, J. C. “La filosofía moderna y el marxismo”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 15.

pacatos de la diplomacia no unirán a estos pueblos. Los unirán, en el porvenir, los votos históricos de las muchedumbres.<sup>41</sup>

Eis que o porvir é o da unidade, ao passo que a atualidade reclama pelo seu quinhão nacional, ainda que não se possa, de forma alguma, dizer de *Mariátegui* que ele era um nacionalista. Em um dos vários momentos em que tratou do tema, o marxista peruano tomou o problema da terra como o cerne da questão indígena, o que fazia denotar que “el problema no es racial, sino social y económico; pero la raza tiene su rol en él y en los medios de afrontarlo”.<sup>42</sup> E isto forjaria, provavelmente, uma consciência revolucionária entre negros e indígenas, batizada com o caráter que lhe é próprio, a luta de classes.

*Mariátegui*, como visto, encarna o ideal revolucionário marxista na América Latina em tempos adversos. Porém, suas realizações práticas não corresponderiam à grandeza de sua intelectualidade. Seria necessário um novo momento histórico para o continente para que se formasse outra consciência revolucionária e que conseguisse subverter os cânones do marxismo e tentar concretizá-los de maneira inédita para nós.

A revolução cubana inauguraria um novo período para não só o marxismo latino-americano como também para a própria América Latina que terá nela o bastião da possibilidade do novo e do diverso, sufocada que seria por um dominó de ditaduras incentivadas e financiadas pelo imperialismo. No seio de tal experiência histórica, um inusitado ator, um médico argentino, com problemas respiratórios e uma incrível coragem, mostrar-se-ia, como o exemplo de um revolucionário, um novo homem, construtor de uma nova sociedade.

*Ernesto Che Guevara*, e seu espírito aventureiro, também é tido como marco para a teoria política marxista na América Latina. Ele representa “o líder e pensador revolucionário que melhor simboliza e encarna esse novo período para o marxismo na América Latina”<sup>43</sup> e sua influência seria larguíssima para os movimentos em prol da revolução no continente. É preciso, antes de mais, atentarmos para o fato de que *Che Guevara* não influiu só na medida de sua prática revolucionária, como guerrilheiro e chefe político. Também suas concepções

<sup>41</sup> MARIÁTEGUI, J. C. “La unidad de la América indo-española”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 179, 182 e 184.

<sup>42</sup> MARIÁTEGUI, J. C. “Conclusiones sobre el problema indígena y las tareas que impone”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 226.

<sup>43</sup> LÖWY, M. “Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”, p. 45.

teóricas tiveram forte eco, sendo, então, importante “pressupor esta unidade distintiva de sua vida e obra da teoria e da prática”.<sup>44</sup>

Nascido em 1928, ano dos “Sete ensaios” e da fundação do Partido Socialista, por *Mariátegui*, na Argentina, *Ernesto Guevara* não tinha destino traçado. Filho de pequenos proprietários de terra, estudaria medicina e teria repulsa pela política, por conta do contexto de seu país natal. No entanto, seu espírito arreado o faria se tornar um viajante que aos dezenove anos conhecera o interior argentino e, aos vinte-e-três, as profundas da América Latina. Nesse ímpeto, após esta experiência vivida ao lado do amigo *Alberto Granados*, o qual conseguira um posto como médico de um leprosário na Venezuela, *Guevara* torna-se especialista em alergia e vai ao encontro do amigo, em Caracas. O caminho, entretanto, não estava mesmo traçado e depois de vagar por uma Bolívia em plena revolução, Peru e Equador, acaba sendo convencido a ir para a Guatemala, local em que se vivia um momento histórico de tentativa reformista de mudar a situação do país. Lá passaria pela decepção de ver seus sonhos de médico popular se perderam com a invasão de tropas mercenárias para derrubar o governo. Viaja para o México com seus amigos exilados. E o destino não poderia ser mais incerto: lá conhece o casamento, a formação marxista e os cubanos do movimento “26 de Julho”. Com eles, desembarcaria em Cuba para realizar uma audaz revolução a partir do campo e da guerrilha. E, por essa trajetória, *Che* teria seu nome gravado na história: “quando se for escrever a história do pensamento político latino-americano da segunda metade deste século, o nome de Ernesto ‘Che’ Guevara se projetará sem dúvida de forma toda especial”.<sup>45</sup>

Seus principais textos seriam escritos a partir de 1957, quando a guerrilha já alcançara bastante sucesso. Segundo *Michael Löwy*, há três grandes contribuições teóricas de *Che Guevara*: sua filosofia comunista baseada no homem novo; sua análise da economia política a partir da transição cubana para o socialismo; e sua estratégia político-militar.<sup>46</sup> A título de informação, insta-nos registrar que para *Eder Sader*,<sup>47</sup> que concorda com estas grandes linhas do pensamento guevarista, há uma preocupação com a questão do partido, como decorrência da discussão de sua filosofia, e outra com a América Latina, como conseqüência da

<sup>44</sup> FORNET-BETANCOURT, R. *O marxismo na América Latina*, p. 269.

<sup>45</sup> SADER, Eder. “Introdução”. Em: \_\_\_\_\_ (org.). *E. Che Guevara: política*. Tradução de Regine Ferrandis. São Paulo: Ática, 1981, p. 7.

<sup>46</sup> LÖWY, M. *O pensamento de Che Guevara*. 7 reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 20.

<sup>47</sup> SADER, Eder. “Introdução”, p. 19-21.



sistematização de sua vivência guerrilheira.<sup>48</sup>

Na esteira de *Löwy*, podemos identificar a existência de valores a serem respeitados na filosofia de *Che*. Certamente, há um toque humanista em seu pensamento, mas sem dúvida é um humanismo à *Marx*, o *Marx* dos “Manuscritos econômico-filosóficos”. O homem novo que tanto entoava deveria ter por horizonte subjetivo os valores da humanidade, vida, justiça, dignidade e liberdade. E não havia contradições: “respeitar profundamente a vida e estar disposto a pegar em armas e, se preciso, a matar, não é contraditório senão aos olhos do humanismo cristão ou pacifista”.<sup>49</sup>

Já no plano da economia política de transição, revelam-se na produção teórica de *Che* alguns temas que pareceriam incomuns ao marxismo dogmático, como a temática do estímulo e do trabalho voluntário na sociedade transicional. Mas talvez o mais significativo mesmo seja a conclusão da inexistência, em uma sociedade em transição, de correspondência das forças produtivas (atrasadas) em relação às relações de produção (avançadas). Em polêmica com alguns economistas, cubanos e estrangeiros, assevera que “em Cuba, em 1959-1962, como na Rússia, em 1917-1818, foi levada a cabo uma revolução socialista, apesar do atraso e do desenvolvimento das forças produtivas”.<sup>50</sup> Intuímos que este tema seja central para a compreensão de como se pode desdobrar uma revolução socialista em nosso continente, a partir de nossos países. Ainda que não seja uma fórmula inequívoca, o estudo da economia política de transição como um dos momentos privilegiados da teoria política marxista da América Latina, tendo *Che Guevara* como passaporte para ela, é ponto nodal para o avanço de nosso marxismo e sem ela não vamos a local algum.

Como corolário das posturas filosóficas e econômicas de *Che*, podemos envidar alguns momentos de sua contribuição política – como dissemos, fruto da sistematização de sua prática de guerrilhas – para melhor visualizarmos a posição do continente latino-americana numa proposta marxista de teoria política.

Ao afastar a via pacífica como plausível para a chegada ao socialismo – e perceba-se

---

<sup>48</sup> Não poderíamos deixar de lembrar quais são estes textos, uma vez que nosso tema é justamente a América Latina, ainda que não possamos analisá-los: “Cuba, exceção histórica ou vanguarda na luta anticolonialista?”, de 1961; “A influência da revolução cubana na América Latina”, de 1962; “Tática e estratégia da revolução latino-americana”, também de 1962; e “Guerra de guerrilhas: um método”, de 1963.

<sup>49</sup> LÖWY, M. *O pensamento de Che Guevara*, p. 50.

<sup>50</sup> LÖWY, M. *O pensamento de Che Guevara*, p. 65.

que sequer tivera ele a oportunidade de ver a derrocada de *Allende*, no Chile –, propõe como tática a ação guerrilheira, por óbvio armada, pautada por dois elementos: a necessidade de um exército popular que se oponha ao exército contra-revolucionário; e o caráter continental da luta, conseqüência lógica do internacionalismo marxista e da idéia de comunismo. Para ele, era preciso fazer da Cordilheira dos Andes a Sierra Maestra do continente, ainda que ponderasse: “não podemos dizer quando esta luta adquirirá este caráter continental, nem quanto tempo durará, mas podemos prover seu advento, porque ela é filha das circunstâncias históricas, econômicas e políticas e por isso não poderá desviar-se do seu rumo”.<sup>51</sup> Assim é que ele rejeitaria as “fórmulas limitadas” da luta eleitoral e das estratégias reformistas que se escondem no interior das manifestações reivindicatórias do povo que não adquiriu ainda sua consciência de classe. É por isso que faz atentar para a confusão que há, na América Latina, entre tática e estratégia. E a tática deveria ser a da via armada e não “parlamento, legalidade, greve econômica legal, reivindicações por aumento salarial, constituição burguesa, libertação de algum herói popular”.<sup>52</sup>

Por outro lado, ao fazer severa crítica ao sectarismo, critica também o burocratismo e a corrupção pós-revolucionária: “todos aqueles que falando de revolução violam a moral revolucionária, não são apenas traidores potenciais da revolução mas também seus piores detratores”, afinal “contra-revolucionário é aquele que luta contra a revolução, mas também é aquele senhor que, valendo-se de sua influência, consegue uma casa, consegue depois dois carros, viola o racionamento e obtém depois tudo o que o povo não tem”.<sup>53</sup> Fica evidente que a situação de revolução não é e não fora perfeita, sendo necessária muita crítica e autocrática, além de vida moral revolucionária, nos moldes guevaristas. Por isso, *Guevara* pretendia que pelo exemplo esta última se forjasse. E o exemplo deveria vir do exército revolucionário. Em tudo, dever-se-ia entender e “considerar Cuba como parte da América”, pois “aqui foi feita uma experiência que tem uma transcendência histórica e que mesmo contra a nossa vontade atravessará o continente”.<sup>54</sup> Eis a fé de que falava *Mariátegui* e de quem *Che* era

<sup>51</sup> GUEVARA, Ernesto Che. “Crítica da via pacífica”. Em: SADER, Eder (org.). *E. Che Guevara: política*. Tradução de Regine Ferrandis. São Paulo: Ática, 1981, p. 56.

<sup>52</sup> GUEVARA, E. C. “Crítica da via pacífica”, p. 57.

<sup>53</sup> GUEVARA, E. C. “O sectarismo”. Em: SADER, Eder (org.). *E. Che Guevara: política*. Tradução de Regine Ferrandis. São Paulo: Ática, 1981, p. 157.

<sup>54</sup> GUEVARA, E. C. “O sectarismo”, p. 158.

confessamente legatário. Como assegura *Cláudio Nascimento*: “as concepções de Guevara sobre o caráter dependente do capitalismo na América Latina e a incapacidade das burguesias internas para hegemonizar uma revolução democrática-nacional, assim como sua conclusão de que só através do socialismo é possível escapar ao subdesenvolvimento, encontram raízes latino-americanas no pensamento de Mariátegui e, sua demonstração evidente na revolução cubana”.<sup>55</sup>

*Guevara*, por sinal, morreria assassinado na selva boliviana ao tentar estender sua práxis revolucionária para outros locais do continente, “seis anos depois, quando a revolução já havia passado pelo seu batismo de fogo, quando as fábricas e os campos já produziam regularmente”. Sem embargo, não resumiria seu intento à América Latina, pois pensava irmanar todos os povos periféricos, tendo ido mesmo lutar no Congo, entre 1965 e 1966. Sua morte, porém, em 8 de outubro de 1967 inspiraria a continuidade de seu ideário, ainda que sua pujança revolucionária com o tempo tenha se perdido, vez que estava “morto o símbolo da guerrilha na América Latina”<sup>56</sup> e sua morte foi “un golpe tremendo para el movimiento revolucionario en cuanto le priva sin duda de ninguna clase de su jefe más experimentado y capaz”.<sup>57</sup>

Resta, dessarte, consolidada a iconoteca marxista latino-americana em sua sala principal. *Mariátegui* e *Guevara*, mais que mais altos expoentes de nosso marxismo, representam mesmo uma linha teórica, uma tradição, quiçá a mais fecunda para se pensar o desenvolvimento da teoria política marxista latino-americana. Sem dúvida, como em *Mariátegui*, a “mística revolucionária e a ética socialista também estão presentes em ‘Che’ e Carlos Fonseca”,<sup>58</sup> este último, comandante da revolução nicaragüense. A dialética pensada em sua extrema complexidade entre objetividade e subjetividade, o caráter latino-americano da revolução, um marxismo criativo e corajoso, a pauta prática como critério e uma sensibilidade humana inafastável unem estes dois grandes nomes e faz de suas obras

<sup>55</sup> NASCIMENTO, C. “Mariátegui, ‘Che’ Guevara, Carlos Fonseca: fontes da revolução na América Latina”, p. 31.

<sup>56</sup> PAULINO, Analdino Rodrigues. “Che morreu como queria: lutando”. Em: AVALON, Manville (org.). *Che Guevara por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 1993, p. 46 e 48.

<sup>57</sup> RUZ, Fidel Castro. “Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz en la velada solemne en memoria del comandante Ernesto Che Guevara”. Em: GUEVARA, Ernesto Che. *Obras 1957-1967: la acción armada*. Paris: François Maspero; Havana: Casa de las Américas, tomo I, 1970, p. 17.

<sup>58</sup> NASCIMENTO, C. “Mariátegui, ‘Che’ Guevara, Carlos Fonseca: fontes da revolução na América Latina”, p. 25.

momentos imprescindíveis para o aprofundamento e aperfeiçoamento de uma teoria política marxista de nossa América.

### **3. CONCEITOS-CHAVE: DEPENDÊNCIA, REVOLUÇÃO E LIBERTAÇÃO**

Dentro do quadro conceitual para uma teoria política marxista latino-americana, poderíamos reviver um inumerável conjunto de categorias, as quais dimanam da construção teórica de *Marx* e de seus sucessores. No entanto, escolhemos três que nos parecem essenciais e ao mesmo tempo originais, levando em consideração a impossibilidade de uma apreciação exaustiva de tantas categorias. Esclarecemos a essencialidade e a originalidade de tais conceitos não por seu ineditismo ou tampouco por sua suficiência, mas sim por expressarem uma condição concreta, que é a latino-americana, assim como por terem sido encampadas em nosso continente pelos teóricos mais criativos do marxismo.

Renovando o quadro de marxistas exemplares de nossa grande pátria latino-americana, herança de nomes como os dos marxistas *José Carlos Mariátegui* e *Ernesto Che Guevara*, podemos pinçar três grandes linhas de pensamento que influiriam fortemente para esta renovação. A primeira, sem sombra de dúvidas, é a da “teoria da dependência”, interpretação que propiciou uma mais que necessária inovação nas investigações econômicas que têm a América Latina como fulcro. Como consequência das descobertas teóricas dos dependentistas marxistas, floresce uma perspectiva filosófica que se propõe como horizonte intelectual a partir do qual se pode e deve trabalhar com as massas proletárias e populares. Trata-se da “filosofia da libertação”. É um caminho que vai da dependência, e sua denúncia, à libertação, e seu anúncio. Como se percebe, é um trajeto pedagógico que precisa ser operacionalizado para além de uma mirada meramente teórica e acadêmica, ainda que superar esta contingência seja obra da mobilização e contestação dos trabalhadores conscientizados e unidos. E o instrumento para esta concretização não pode ser outro que a aposta, inerente a todo o marxismo, na revolução. Portanto, não se trata exatamente de uma corrente teórica tributária do marxismo mas sim de a própria reflexão-ação marxista que tematiza o processo revolucionário como estratégia de luta.

Tentemos esboçar nosso programa analítico de teoria política para o continente a partir

do conceito de dependência. Segundo um dos maiores expoentes da “teoria da dependência”, *Ruy Mauro Marini*, é um momento em que se configura “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.<sup>59</sup>

Inegavelmente, a situação de dependência já está incubada em todo o pensamento marxista, começando por *Marx*, passando por *Rosa Luxemburgo* e *Lênin*, e tendo na leitura de *Mariátegui* um importante antecedente latino-americano. Em um dos vários momentos em que focaliza a economia peruana, *Mariátegui* sentencia: “la economía del Perú es una economía colonial”, vale dizer, “su movimiento, su desarrollo, están subordinados a los intereses y a las necesidades de los mercados de Londres y de New York”. Isto significa constatar que “estos mercados miran en el Perú un depósito de materias primas y una plaza para sus manufacturas”.<sup>60</sup> Eis aí a forma histórica que *Mariátegui* descreveu a dependência peruana e que, em geral, encaixa-se perfeitamente na definição de *Marini*. Mas *Mariátegui* vai um pouco além, tocando a ferida sem rodeios:

esta dependencia de la economía peruana se deja sentir en toda la vida de la nación. Con un saldo favorable en su comercio exterior, con una circulación monetaria sólidamente garantizada en oro, el Perú, a causa de esa dependencia, no tiene, por ejemplo, la moneda que debía tener. A pesar del superávit en el comercio exterior, a pesar de las garantías de la emisión fiduciaria, la libra peruana se cotiza 23 ó 24 por ciento de descuento. ¿Por qué? En esto, como en todo, aparece el carácter colonial de nuestra economía.<sup>61</sup>

Verdadeiramente, assusta verificar as similaridades entre o prospecto mariáteguiano e a realidade de quase um século depois. Quiçá afora o padrão ouro e as percentagens específicas, o resto pode ser mantido como início de análise. Assim, sua insistência na descrição de uma economia colonial teve sua superação dialética, que por consequência não a nega de todo, com o conceito de dependência, relacional, sem dúvida, mas moldado com as categorias econômicas marxistas. Este é um mote que sugere a volta aos estudos do

<sup>59</sup> MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. Em: \_\_\_\_\_. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 109.

<sup>60</sup> MARIÁTEGUI, J. C. “Economía colonial”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 216.

<sup>61</sup> MARIÁTEGUI, J. C. “Economía colonial”, p. 217.

imperialismo (e do subimperialismo, como nos provocou *Marini*), mas fundados na realidade concreta de dependência latino-americana.

*Marini* toma uma precaução que a nós nos é vedado não revelar. A situação colonial não se confunde com a de dependência. Por isso, enfatizamos a superação da descrição de *Mariátegui* e que *Marini* desenrola no contexto de uma crítica construtiva a *André Gunder Frank*, outro pioneiro da teoria da dependência na América Latina. Isto porque a situação de dependência tem um momento histórico bastante evidente: surgimento da grande indústria e consolidação da divisão internacional do trabalho. Trata-se do século XIX, século da emancipação formal da América Latina, custeada com a dívida externa exercendo sua função de transferência do excedente para a nova metrópole, a Inglaterra. Bem assim, a existência da América Latina no cenário capitalista integrado possibilita que haja disponibilidade de bens agrícolas e matérias-primas industriais, fazendo possível uma grande virada no capitalismo de centro, vale dizer, a mudança do eixo da acumulação da mais-valia absoluta (exploração pura e simples do trabalhador) para a mais-valia relativa (exploração centrada no aumento da capacidade produtiva), ao passo que no continente latino-americano continuaria valendo a mais-valia absoluta. Dessa forma, “a inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências que coloca nos países capitalistas a passagem à produção de mais-valia relativa”.<sup>62</sup> Então, a América Latina se apresenta como condição de possibilidade para o desenvolvimento do capitalismo e seu aperfeiçoamento.

A América Latina aparece, pois, como o “instrumento” que possibilitou a reprodução ampliada do modo de produção capitalista, uma vez que a este não basta alcançar a acumulação, é preciso mantê-la e expandi-la. Assim é que se caracterizou entre os latino-americanos uma superexploração do trabalho, vincada em “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”.<sup>63</sup>

Enfim, a economia dependente integra uma contradição, qual seja, a de que os países centrais se baseiam na capacidade produtiva do trabalho e ela – no caso, a América Latina – tem por referência a superexploração do trabalhador. Separa-se, então, circulação e produção. No momento, por sua vez, em que a economia latino-americana entrasse a fundo no processo

<sup>62</sup> MARINI, R. M. “Dialética da dependência”, p. 113.

<sup>63</sup> MARINI, R. M. “Dialética da dependência”, p. 125.

de industrialização, a superexploração do trabalhador se manteria, incentivando-se o mercado da indústria pesada pautado pela venda de equipamentos obsoletos no centro. Até que se necessite expandir a economia mais ainda para o exterior, fazendo vir à tona as integrações regionais e os subimperialismos. De todo este plexo de considerações, devemos insistir na pauta concreta de *Marini* e em seu vínculo com a materialidade da produção e circulação capitalistas, realçando que “o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”.<sup>64</sup>

Parece-nos importante fazer notar, ainda, que a teoria de *Marini* não se desvincula da linha criativa do marxismo, acentuando mesmo que não se pode restringir a classe operária ao proletariado fabril, incompreensão bastante comum quando das análises marxistas latino-americanas, seja em sua versão crítica, seja em seu cariz apologético. Segundo o autor brasileiro que teve de se exilar no México, “restringir a classe operária aos trabalhadores assalariados que produzem a riqueza material, isto é, o valor de uso sobre o qual repousa o conceito de valor, corresponde a perder de vista o processo global da reprodução capitalista”.<sup>65</sup> Nesse sentido, *Marini* avança também na conceituação e visualização da classe operária, entendida inclusive como sujeito privilegiado da transformação social, mas não o faz somente a partir de critérios objetivos e econômicos, mas também subjetivos e ideológicos, revigorando o entendimento motriz da luta de classes.

O estabelecimento dessa ordem de reflexões em torno da situação de dependência fez surgir uma nova perspectiva para o marxismo latino-americano, afinal “o estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo. O estudo do desenvolvimento de nossos países deve dar origem à teoria da dependência”.<sup>66</sup> Não por acaso esta teria o condão de influenciar os filósofos latino-americanos, no sentido de se apropriarem da crítica que o marxismo vinha procedendo à realidade latino-americana. Desse modo, os filósofos (mas também teólogos) da libertação surgiriam com o aparato de *Marx* em suas discussões.<sup>67</sup> E delas nos interessa a forja

<sup>64</sup> MARINI, R. M. “Dialética da dependência”, p. 165.

<sup>65</sup> MARINI, R. M. “O conceito de trabalho produtivo”. Em: \_\_\_\_\_. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 249.

<sup>66</sup> SANTOS, Theotonio dos. “Subdesenvolvimento e dependência”. Em: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 2 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 395.

<sup>67</sup> *Dussel* chega a mesmo a especificar em que medida essa influência se deu, especialmente no tocante à teologia da libertação (que se aproxima mas não se confunde com a filosofia da libertação): “o marxismo que marcou a

e o molde da noção de libertação como conceito-chave para a teoria política marxista em nossa América.

Não discutiremos o importante movimento da teologia da libertação, no continente, com sua extensa bibliografia, uma vez que extrema e alarga desnecessariamente nosso trabalho. Contentar-nos-emos com o conceito de libertação fecundado no seio da “filosofia da libertação” que tem no nome do argentino-mexicano *Enrique Dussel* seu máximo expoente. A par de sua distância inicial em relação ao marxismo (um relativo antimarxismo, segundo *Fornet-Betancourt*<sup>68</sup>), logo *Marx* seria descoberto como fundamentação essencial de sua filosofia, fazendo-se, inclusive, a analética – seu método que se propunha superar a dialética hegeliana – incorporar-se dentro da dialética marxista.<sup>69</sup>

Como já dissemos, *Dussel* se dedicou ao estudo da obra de *Marx* principalmente na década de 1980, quando produziu sua importante trilogia sobre o autor. Àquela época, seus textos envidaram o marxismo de uma forma tão criativa que não nos é permitido passar por sua elaboração em branco. Devido aos limites que se impõem a nosso artigo, faremos uso de textos menores que proporcionam vermos sua dimensão.

Poderíamos fixar a “libertação” dusseliana com uma pergunta: libertar-se de quê? Certamente, a libertação não se apresenta como um conceito definitivo, uma ontologia acabada e atemporal. A libertação é o libertar-se, uma espécie de vir-a-ser que não se contenta com a ontologia do ser, mas antes procura na alteridade sua realização. Sua guinada é filosófica, mas não só. Como diria *Salazar Bondy*, para quem a formulação de uma filosofia

teologia da libertação foi o marxismo sociológico e econômico *latino-americano* da ‘dependência’ – de Orlando Fals Borda até Theotônio dos Santos, Faletto, Cardoso etc. (muitos dos quais, na verdade, não eram nem são marxistas). Esta sociologia da ‘dependência’, em sua crítica ao funcionalismo e ao desenvolvimentismo (e Gino Germani também influenciara J. Comblin ou J. L. Segundo) permite a ruptura epistemológica da teologia da libertação. Por isso a posição de Gunder Frank – apesar de todas as críticas que possa receber – será determinante na teologia da libertação anterior a 1972. Da mesma forma, a postura de F. Hinkelammert – como marxista e teólogo – talvez signifique a única presença do *Marx* ‘definitivo’, pois no final da década de 1960, em Santiago, *O Capital* foi estudado seriamente em grupo (no Centro de Estudos da Realidade Nacional), o que possibilitará um desenvolvimento do marxismo em uma corrente muito criativa da teologia da libertação na década de 1980”. DUSSEL, E. D. “Teologia da libertação e marxismo”. Em: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina*: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 2 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 524.

<sup>68</sup> FORNET-BETANCOURT, R. *O marxismo na América Latina*, p. 300.

<sup>69</sup> “A analética significa, pois, para Dussel, a superação metodológica da dialética. Esta concepção da analética como método próprio – que Dussel defende até 1979 – deve-se destacar, porque a mudança na posição filosófica dusseliana caracterizada por mim metodologicamente como a passagem da resistência a *Marx* para a convergência com *Marx*, se mostra, em 1980, precisamente porque a analética perde o status de método e se torna momento do método dialético”. FORNET-BETANCOURT, R. *O marxismo na América Latina*, p. 307.



da libertação se opunha a uma situação (também filosófica, ainda que não restritamente) de dominação, “las posibilidades de cambios en un sector están vinculadas siempre con las posibilidades de cambios en los sectores económico-sociales”.<sup>70</sup> É assim, inclusive, para a filosofia e, por que não?, para a libertação. Há-de se convir que aludida vinculação não representa, e nem poderia, uma postura determinista ou economicista, mas sim uma visão totalizadora, pois, assim como a economia não basta, não bastam também a cultura, o direito e a psique.

Dessa forma, mostra-se-nos plausível pensar que a libertação é o libertar-se da dependência. É uma autêntica práxis ou projeto libertador:

a revelação do outro abre o projeto ontológico passado, da velha pátria, da dominação e da alienação do outro como ‘outro’, ao pro-jeto libertador. Esse projeto libertador, âmbito transontológico da totalidade dominadora, é o mais-alto, o mais-além para o qual a palavra reveladora nos convida e pro-voca. Somente confiados no outro, apoiados firmemente sobre sua palavra, a totalidade pode ser posta em movimento; caminhando na libertação do outro alcança-se a própria libertação.<sup>71</sup>

Aqui, ainda a incorporação de *Marx* não está clara para *Dussel*, mas é possível entender em seu discurso no que a noção de libertação auxilia a formação de uma teoria política marxista latino-americana. A clareza da inserção de *Marx* nessa interpretação viria especialmente com o estudo dos “*Grundgrisse*”, em que se percebe o trabalho como não-capital, momento em que o próprio *Dussel* se torna consciente de seu papel de marxista: “o discurso que *continua* *Marx* é marxista enquanto não trai sua lógica, seus fundamentos, o já efetuado de seu discurso; mas, ao mesmo tempo, não é meramente repetitivo, nem meramente explicativo, mas *criador*”.<sup>72</sup> E daí ganha vida o que diz um intérprete de *Dussel*: “o estudo que *Dussel* faz de *Marx* é distinto porque parte da miséria real, histórica e crescente do povo latino-americano. Neste sentido, a preocupação com o homem real, é uma exigência ética que, no contexto atual da América Latina, economicamente periférica, se manifesta como condição

<sup>70</sup> BONDY, A. S. “Filosofia de la dominación y filosofía de la liberación”. Em: \_\_\_\_; ZEA, Leopoldo; DURATTI, Julio Cesar Terán; SCHWARTZMANN, Félix. *América Latina: filosofía y liberación*. Simposio de filosofía latinoamericana. Buenos Aires: Bonum, 1974, p. 8.

<sup>71</sup> DUSSEL, E. D. *Método para una filosofía da libertação*: superação analética da dialética hegeliana. Tradução de Jandir João Zanotelli. São Paulo: Loyola, 1986, p. 207.

<sup>72</sup> DUSSEL, E. D. “Os *Grundgrisse* e a filosofia da libertação”. Em: \_\_\_\_\_. *Método para una filosofía da libertação*: superação analética da dialética hegeliana. Tradução de Jandir João Zanotelli. São Paulo: Loyola, 1986, p. 256.

de eliminação da opressão e da alienação para uma sociedade mais justa”.<sup>73</sup>

Para *Dussel*, é neste texto que *Marx* consegue desenvolver três dos cinco momentos da analética (e que depois seria a própria dialética): o caminho que vai do ente (abstrato) ao ser (concreto); o trajeto que vai do ser (concreto) aos entes (concretos); e a crítica da totalidade a partir da exterioridade (identificação com os oprimidos). Esta constatação é muito interessante e talvez a mais importante das conclusões dusselianas: “*Marx* descobriu a essência da *moral burguesa* e fundou uma *ética da libertação* do assalariado”, ou seja, construiu uma interpretação da realidade a partir do que “o oprimido, alienado, subsumido no capital, tem assim um ‘projeto de libertação’ que cria o fundamento para uma práxis revolucionária de libertação”.<sup>74</sup> Tais “projeto” e “práxis” de libertação *Marx* não pôde formular. Estes seriam os dois últimos momentos da analética e que nenhuma teoria proveniente da mente de um único indivíduo pode conceber. Trata-se de um projeto coletivo que se dará em um momento histórico em que confluírem todas as condições favoráveis, subjetivas e objetivas, mas que, é óbvio, não surgiram também espontaneamente. Por isso a importância da crítica (que teve um esboço de programa filosófico na pena de *Salazar Bondy*: ação crítica da filosofia; recolocação dos problemas; e reconstrução de um pensamento filosófico)<sup>75</sup> encontrável tanto em *Marx* quanto em *Dussel*, algo que não é mera fraseologia nem abstração acadêmica, uma vez que ligada a interesses de amplos setores do povo, dos trabalhadores.

Assim, descobrindo a exterioridade na obra de *Marx*, a reflexão dusseliana dá importante passo no marxismo latino-americano, notadamente ao perceber o papel do não-capital nesta esfera. O não-capital, em última análise, é o trabalho criador do homem que se recusa a se submeter ao capital. Ainda que pobre, o trabalhador como exterioridade, corporalidade latente e insubmissa, “é a fonte criadora de todo o valor do capital”.<sup>76</sup> Enfim, na dialética entre totalidade e exterioridade, renova-se o marxismo e se encontram novas mediações que permitem desfazer os simplismos das interpretações comezinhas de *Marx*: “pela categoria da ‘totalidade’ o oprimido como oprimido no capital é só *classe* explorada;

<sup>73</sup> VIEIRA, Antonio Rufino. “Filosofia da libertação e marxismo”. Em: PIRES, Cecilia Pinto (org.). *Ética e cidadania: olhares da filosofia latino-americana*. Porto Alegre: Da Casa; Palmarica, 1999, p. 37.

<sup>74</sup> DUSSEL, E. D. “Os *Grundrisse* e a filosofia da libertação”, p. 272 e 277.

<sup>75</sup> Ver BONDY, A. S. “Filosofia de la dominación y filosofía de la liberación”, p. 8-9.

<sup>76</sup> DUSSEL, E. D. “A ‘exterioridade’ no pensamento de Marx”. Tradução de Roque Zimmermann. Em: ZIMMERMANN, Roque. *América Latina – O não-ser: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel* (1962 – 1976). 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 236.

mas no caso de constituirmos também a categoria da ‘exterioridade’, o oprimido como pessoa, como homem (não como assalariado), como trabalho vivo não-objetivado, pode ser *pobre* (singularmente), e *povo* (comunitariamente). A ‘classe’ é a condição social do oprimido como subsumido no capital (na totalidade); o ‘povo’ é a condição *comunitária* do oprimido como exterioridade”.<sup>77</sup>

Por fim, cabe-nos mediar tais extremos do projeto marxista na América Latina – a crítica à dependência e a busca pela libertação – fazendo reemergir o debate acerca da revolução, nó górdio para os questionamentos teóricos de muitos marxistas e marxistólogos do continente.

A questão da revolução não só é um tema “universal” do marxismo, como também é uma marca forte do marxismo latino-americano que não se submete a fórmulas dogmáticas e reducionismos teóricos. Ao menos, é o que faz notar todo marxistólogo que considera a guinada de nosso marxismo a partir da revolução cubana. O que mais evidentemente empreendeu esse critério como paradigma de suas análises foi Löwy. Sua periodização do marxismo latino-americano – exposto no item 1 deste trabalho – parte da chave categorial “natureza da revolução”:

um dos principais problemas que o marxismo latino-americano teve de confrontar foi precisamente a definição do caráter da revolução no continente – definição que era ao mesmo tempo resultado de certa análise das formações sociais latino-americanas e o ponto de partida para a formulação de estratégias e táticas políticas. Em outras palavras, é um dos momentos-chave da reflexão científica e uma mediação decisiva entre a teoria e a prática. Toda uma série de questões políticas fundamentais – as alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução – está intimamente ligada a essa problemática central: a natureza da revolução.<sup>78</sup>

É assim que se inicia sua exposição e é tal ordem de questionamentos que inserimos em nossa reflexão, apontando-a como essencial ao marxismo latino-americano, vez que é “mediação decisiva” e que instaura o critério prático sobre a factibilidade de nosso marxismo.

É o intento da revolução que liga homens tão distantes no tempo, senão tempo histórico ao menos tempo prático, como *Mariátegui* e *Guevara*,<sup>79</sup> e é ele ainda que amarra, na

<sup>77</sup> DUSSEL, E. D. “A ‘exterioridade’ no pensamento de Marx”, p. 238.

<sup>78</sup> LÖWY, M. “Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”, p. 9.

<sup>79</sup> É o mesmo Löwy quem atesta: “um novo período revolucionário para o marxismo latino-americano, portanto, teve início após 1960 – um período que recuperou algumas das idéias vigorosas do ‘comunismo original’ da

factibilidade crítica, a dependência à libertação, nos moldes que cremos ter evidenciado anteriormente.

Como assinalara *Che Guevara*, as revoluções nacionais deveriam ser pensadas como o que de fato devem ser, como momentos da revolução continental. Entretanto, e é esperado que ocorra assim, as revoluções são pensadas em seu âmbito nacional, talvez pelo excesso de fragmentação que vive principalmente a América espanhola, aquela que incuba o maior potencial revolucionário. Entre os brasileiros, a revolução teve consideráveis pensadores, como *Caio Prado Júnior* e *Florestan Fernandes*. Desafortunadamente, não podemos empreender uma análise de suas propostas, a não ser apontar na direção do que frutificaram, como comprova o trecho a seguir: “as forças políticas comprometidas com o futuro da nação devem transformar a revolução democrática – a erradicação do regime de segregação social –, a revolução nacional – a desarticulação da dependência econômica e cultural – e a revolução socialista – a ruptura com a modernização dos padrões de consumo e com os valores da concorrência e do individualismo – nos três principais objetivos da luta política”.<sup>80</sup>

Outro exemplo a ser registrado, ainda que com outro viés, é o da Bolívia. Segundo *Álvaro García Linera*, há cinco grandes ideologias contestatórias entre os bolivianos: o anarquismo, o indianismo de resistência, o nacionalismo revolucionário, o marxismo primitivo e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) o qual liderou a revolução de 1952. Estreitando a análise de tais forças e reduzindo-as a duas – o marxismo e o indianismo – o autor relata que o marxismo primitivo se desenvolveu, desde 1920, em sua luta contra o marxismo de cátedra e em busca da hegemonia sindical, pondo-se como uma ideologia da modernização industrial e da consolidação do estado nacional, erigindo um extravagante bloqueio para com as temáticas camponesa e étnica. Por seu turno, o indianismo teve três grandes fases (a formativa, a da cooptação estatal e a da estratégia de poder) e, de início, pautou-se por objurgar o marxismo assim como o cristianismo. Isto até a década de 1980, quando o discurso indianista se descentraliza e se aproxima do movimento operário,

---

década de 1920. Não houve nenhuma continuidade política e ideológica direta entre os dois períodos, mas os castristas redimiram Mariátegui e resgataram Mella e a revolução de 1932 em El Salvador do esquecimento histórico”. LÖWY, M. “Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”, p. 45.

<sup>80</sup> SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. “Apêndice: sete notas sobre a teoria da revolução brasileira”. Em: PRADO JUNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. 1 ed. 4 reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 159.

recepcionando o marxismo. Ao se apresentar como estratégia privilegiada de poder, o indianismo passa seu recado na medida em que alberga “a capacidade de sublevação comunitária com as quais as comunidades indígenas respondem a um crescente processo de deterioração e decadência das estruturas comunitárias camponesas e dos mecanismos de mobilidade social cidade-campo”.<sup>81</sup>

Dessa maneira, o marxismo tem de se reciclar na medida da força social do indianismo boliviano, restando cada vez mais claro que se instaura “a possibilidade de um espaço crítico de comunicação e enriquecimento mútuo entre indianismo e marxismo, que serão provavelmente as concepções emancipatórias da sociedade mais importante no século 21”.<sup>82</sup>

É patente que, tanto para a revolução brasileira quanto para as razões revolucionárias bolivianas, a revolução não deixa de ser uma aposta no futuro, como se nós nos desprendêssemos de nossa presentificação e pudéssemos jogar todas as fichas no não-ainda. A utopia que guia, na prática, a revolução latino-americana, passa pelos estilhaços de uma revolução tardia, mas não se desacorçoa com isto.

Não é mera coincidência que, há alguns anos (em 1989), o que justifica algumas impropriedades frente à realidade atual, *Cláudio Nascimento* predicava os caminhos revolucionários na América Latina aproximando-se do que indicamos. Reproduzamos suas palavras:

inicia-se, assim, um novo curso para a revolução no continente. Suas características enquanto processo de reorganização do movimento operário e seu conseqüente projeto político de classe, se define em 3 pontos fundamentais:

1. controle do processo de produção, articulando reivindicações democráticas, anti-imperialistas e socialistas;
2. organização sindical à altura destas reivindicações: comissões de fábrica, conselhos de fábrica, etc. Com base na democracia direta com delegados eleitos e revogáveis perante assembléias de trabalhadores;
3. valorização da tradição de auto-organização dos trabalhadores, com base nos princípios da autogestão social.<sup>83</sup>

Depois de enumerar as questões centrais da revolução continental, o autor cita *Adolf Gilly* para assinalar suas vias possíveis (e aqui justificamos nosso comentário anterior quanto

<sup>81</sup> LINERA, Álvaro García. “Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias”. SADER, Emir (coord. ed.). *Cadernos de pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, vol. 1, 2008, p. 58.

<sup>82</sup> LINERA, A. G. “Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias”, p. 62.

<sup>83</sup> NASCIMENTO, C. “Mariátegui, ‘Che’ Guevara, Carlos Fonseca: fontes da revolução na América Latina”, p. 54.

a existência de impropriedades). Seriam: a via brasileira e argentina, com sua ruptura com os partidos comunistas (que na prática fez surgir PT e CUT, no Brasil); a via boliviana, pautada nas organizações de massa, como centrais operárias e sindicatos; e a via centro-americana, de guerrilha e levantes, como a própria história da região testemunha.

Entendemos que em muito esta interpretação padece de comprovação histórica. Mas de qualquer forma ela revelou a preocupação revolucionária, bem como o interesse em renovar os instrumentos analíticos dessa preocupação. É por isso que ela é retomada. E também é por isso que dedicaremos, ainda que em mui breves linhas, o nosso próximo item para o que chamamos de ciclo revolucionário latino-americano, seguindo a visualização de *Enrique Dussel*.<sup>84</sup> Ou seja, tal ciclo são as experiências históricas das revoluções latino-americanas, ainda que em nem todas prepondere o marxismo. Em todo caso, ele sempre lá está.

#### **4. O ITINERÁRIO DE CINCO GRANDES EXPERIÊNCIAS**

Apesar de podermos aceder a experiências anteriores ou paralelas ao ciclo revolucionário latino-americano que se inicia em 1959 – como seriam os casos de El Salvador (1932), Bolívia (1952), Guatemala (1954) ou as revoltas e guerrilhas de Brasil, Uruguai, Colômbia e Honduras, por exemplo –, preferiremos realçar os contornos de uma aquarela mais nítida e pincelar os cinco casos mais notórios desde a data citada: Cuba (1959), Chile (1970), Nicarágua (1978), Chiapas/México (1994), Venezuela (1999).

**Cuba.** Como já foi diversas vezes reiterado, Cuba representou um novo momento do marxismo latino-americano e também da própria história do continente. Sua revolução significou a possibilidade concreta de se aspirar a uma revolução socialista ao tempo em que a América passou a ser completamente hegemonzada pelos Estados Unidos da América Anglo-Saxã. A revolução cubana se gestou quando, em 1953, *Fidel Castro* tentou assaltar o quartel Moncada, campanha frustra e que acabou gerando baixas e prisões, inclusive de sua liderança. Era tempo da presidência despótica de *Fulgencio Batista* e logo se exerceria forte pressão

---

<sup>84</sup> Ver DUSSEL, E. D. “*Vivemos uma primavera política*”. Tradução de Elaine Tavares. Disponível em: < [http://www.ola.cse.ufsc.br/analise/20061215\\_enrique.htm](http://www.ola.cse.ufsc.br/analise/20061215_enrique.htm) >. Acesso em 12 de dezembro de 2006.

para que os insurretos do denominado movimento “26 de Julho” fossem anistiados. E em 1955 isto se deu. No mesmo ano eles partiriam para o exílio no México prometendo voltar em 1956 ainda para serem “heróis ou mártires”. Até aí, não havia clareza sobre a adesão ao marxismo. Já no México alguns membros se proclamariam marxistas, como *Raúl Castro* e *Ernesto Guevara*, que cerraria voluntariamente fileiras como médico do grupo, ao lado de outros bravos combatentes, como *Camilo Cienfuegos*. No final de 1956, o grupo se organiza para desembarcar em Cuba para provocar um levante nacional. Os problemas da expedição fizeram com que os revolucionários tivessem de empreender uma luta por dentro das matas cubanas, o que acabaria se tornando seu grande trunfo. Estavam postas as condições para uma guerra popular de guerrilhas, a qual se desdobraria até a entrada triunfal em Havana, em 1º de janeiro de 1959. A luta guerrilheira se daria desde 1957, com forte apoio campesino e uma bem-sucedida tática foquista de combate.

Revolução feita e poder tomado, os cubanos passaram a construir a nova república com ações que significaram uma democracia popular radicalizada. Apenas em 1961 se definiriam os revolucionários como socialistas, e não tardaria a endurecer a postura estadunidense, essencial para a estabilidade de qualquer governo centro-americano e caribenho. De tal forma que “de um processo democrático radical de derrubada da ditadura de Batista e implementação de um programa de democratização ampla da sociedade, ela foi enfrentando a resistência das grandes empresas norte-americanas no país – e dos setores da burguesia cubana ligadas a elas – e do próprio governo dos EUA no plano externo”. Assim é que “suas medidas foram cada vez mais atacando as bases do capitalismo dependente cubano no plano interno e os vínculos com o sistema imperialista dirigido pelos EUA”.<sup>85</sup>

Logo, Cuba transformaria sua economia e sua realidade em uma sociedade de transição para o socialismo com todas as dificuldades intrínsecas a seu contexto histórico e ao ineditismo continental de seu feito. A seu favor, porém, a revolução: “sem revolução, isto é, destruição, pela insurgência popular, do aparelho repressivo do Estado burguês, de suas estruturas repressivas e burocráticas, não é possível começar a transição para o socialismo”.<sup>86</sup> Esta frase é significativa na medida em que professa o entendimento de que a revolução é

<sup>85</sup> SADER, Emir. *A revolução cubana*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1986, p. 55-56.

<sup>86</sup> LÖWY, M. “As organizações de massa, o partido e o estado: a democracia na transição para o socialismo (Cuba e Nicarágua)”. Em: NASCIMENTO, Cláudio; LÖWY, Michael. *Marxismo e socialismo na América Latina*. São Leopoldo: CECA; Rio de Janeiro: CEDAC, 1989, p. 61.

conceito-chave, mediação necessária e prática, para a teoria política marxista no continente, conforme assinalamos no item 3 acima.

Assim é que Cuba estruturar-se-ia de tal modo a demolir a democracia burguesa, ainda que sua democracia apresente e apresentasse alguns limites. A tentativa mais significativa de superá-los se daria em 1975, quando se instaura o poder popular. Este teria por princípio básico que “toda unidade de produção ou serviço que fornece bens ou serviços à comunidade deve ser gerida e controlada por essa comunidade”,<sup>87</sup> além de uma estrutura de assembleias em níveis municipais, provinciais e nacional e, mais recentemente, de bairro.

Assim é que se manteria Cuba, como se mantém até hoje, como a grande experiência socialista da América Latina.

**Chile.** Ao contrário da experiência cubana, a via chilena para o socialismo constitui-se a partir da democracia burguesa. Foi pelo voto que os chilenos, não em sua maioria, advertimos, colocaram na presidência e chefia do governo *Salvador Allende*, grande esperança e alento para uma significativa parcela do marxismo já afastado da boa impressão da história soviética.

O Chile se distingue historicamente por possuir uma classe operária oriunda da política de exportação de minérios. Já havia vivido um governo socialista de 12 dias, em 1932, sob o comando do brigadeiro *Marmaduke Grove*, efemeridade governamental que seria derrubada por uma coalizão burguesa. Em 1970, a experiência se renovaria com *Allende* vencendo uma disputa eleitoral entre três fortes candidatos, de direita, centro e esquerda. Os 34% de votos na Unidade Popular, de *Allende*, foram suficientes para alçá-lo ao poder: “o governo de Allende contava com dois partidos fundamentais – o socialista e o comunista –, numa aliança que se estendia a um setor do tradicional, e já decadente, Partido Radical, de tendência de centro, e a grupos cristãos de esquerda saídos da democracia cristã. Com uma posição crítica em relação à experiência do governo de Allende se situava o MIR, propugnando uma via insurrecional”.<sup>88</sup>

Do momento que assumiu o poder até o golpe militar perpetrado pelas forças armadas, nas quais *Allende* confiava, contradizendo o alerta de *Che Guevara* sobre a necessidade de

<sup>87</sup> LÖWY, M. “As organizações de massa, o partido e o estado: a democracia na transição para o socialismo (Cuba e Nicarágua)”, p. 65.

<sup>88</sup> SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*. 9 ed. São Paulo: Atual, 1999, p. 43.



colocar o povo em armas, o Chile socialista teve muitos avanços mas também muitas dificuldades. Buscava-se, então, uma transformação gradual da economia e do estado, baseada na estatização da indústria mineradora, do sistema financeiro, do comércio exterior, das empresas de distribuição e das de atividades estratégicas para os serviços públicos. Também se intencionava proclamar uma assembléia do povo como órgão legislativo, aprofundando a participação direta popular.

Os socialistas chilenos eram guiados por uma “visão marxista da sociedade, considerando que essa deveria passar por uma situação de *dualidade de poderes*, em que coexistiriam por um tempo órgãos de poder de dois tipos adversos, até que um deles se impusesse ao outro”.<sup>89</sup> E isto se deu. E a ingenuidade de *Allende* não pôde perceber que o poder que se impôs foi o da reação, capitaneado pelo comandante-em-chefe do exército chileno, o general *Pinochet*. Seu “ideal socialista” naufragou ao acreditar na “consciência patriótica das nossas Forças Armadas e dos Carabineros, sua tradição profissional e sua submissão ao poder civil”,<sup>90</sup> que bombardearia o Palácio da Moneda a 11 de setembro de 1973.

**Nicarágua.** Nova experiência revolucionária armada se passaria na América Central continental, cerca de vinte anos depois da revolução cubana. O triunfo nicarengüense, ao qual não conseguiu se juntar o salvadorenho, esteve sob a flâmula da tradição sandinista. De acordo com *Emir Sader*, a revolução nicaragüense pode ser considerada como um meio-termo entre Cuba e Chile, pois apesar de se ter derrubado a ditadura na Nicarágua pela força, propôs-se um sistema democrático de poder, com economia mista e não-alinhamento.

Atrelados à figura histórica de *Sandino*, a qual carrega em si a idéia de patriotismo e antinorte-americanismo, em especial após seu assassinato por *Somoza*, em 1934, os revolucionários surgem de uma Nicarágua pobre e explorada pelo imperialismo ianque, ainda que com uma economia exportadora expandida. Já em 1961 fundou-se a “Frente Sandinista de Libertação Nacional” (FSLN), pela juventude do Partido Socialista Nicaragüense, na busca de organizar uma força militar no campo. Daí, a experiência guerrilheira se desenvolveria, com fracassos e avanços, até conseguir unificar suas tendências internas e ocupar o lugar já gasto

<sup>89</sup> SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*, p. 44.

<sup>90</sup> ALLENDE, Salvador. “A via chilena para o socialismo”. Em: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 2 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 402.

que representava a oposição legal ao regime do clã somozista que governaria até 19 de julho de 1979, ano da entrada vitoriosa dos sandinistas em Manágua. Os nomes mais destacados desta revolução seriam *Carlos Fonseca, Tomás Borge, Omar Cabezas, Víctor Tirado, Humberto e Daniel Ortega*.

A resposta estadunidense também aqui não tardaria e “muito rapidamente grupos contra-revolucionários que se haviam reagrupado em Honduras, centrados em ex-membros da Guarda Nacional somozista, começaram a realizar ações terroristas em território nicaraguense”,<sup>91</sup> com o que a FSLN teve de gastar muito dinheiro.

Conflitos com a igreja católica (seguido de uma reação dos movimentos cristãos de base) e as eleições gerais abrindo espaço para lideranças não marxistas, como *Violeta Chamorro*, vencedora da presidência em 1990, fez com que a revolução terminasse no ponto em que mais foi louvada, seu sistema pluripartidário. Um pluripartidarismo que extrapolou os limites próprios a uma revolução socialista (a qual não precisa de um unipartidarismo, mas também necessita de limites, hoje dir-se-iam constitucionais, às plataformas de direção da sociedade). Dessa forma, foi posta a escanteio uma definição possível do pluralismo político socialista: “a livre organização de todos os partidos que *respeitam a legalidade revolucionária*”.<sup>92</sup> De qualquer modo, enquanto durou em sua plenitude, a revolução nicaraguense abriu muitas perspectivas para a concretização revolucionária na América Latina, tendo sido mesmo considerada como “a experiência mais avançada de transição democrática para o socialismo”.<sup>93</sup>

**Chiapas/México.** A partir da revolução na Nicarágua, dissipam-se as experiências históricas dos grandes projetos revolucionários socialistas. Talvez o ranço das ditaduras ainda esteja em nossas bocas, talvez o discurso da democracia burguesa ainda não tenha sido totalmente desvendado, talvez a prática ainda esteja a espera de uma revolução continental. O fato é que os dois próximos pontos do ciclo revolucionário latino-americano não seguem os delineamentos que marcaram, de uma forma ou de outra, as experiências anteriores. No México, na selva chiapaneca, cresce um movimento diferente, que tem dimensões não

<sup>91</sup> SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*, p. 72.

<sup>92</sup> LÖWY, M. “As organizações de massa, o partido e o estado: a democracia na transição para o socialismo (Cuba e Nicarágua)”, p. 67.

<sup>93</sup> LÖWY, M. “As organizações de massa, o partido e o estado: a democracia na transição para o socialismo (Cuba e Nicarágua)”, p. 77.

nacionais (no sentido de um país formal inteiro da América Latina, como é o México) e não quer tomar o poder. É o neozapatismo, que estoura em 1º de janeiro de 1994, com o “Exército Zapatista de Libertação Nacional” (EZLN) tomando a cidade de San Cristóbal de las Casas.

Trata-se de um movimento rebelde que se opõe tenazmente ao discurso neoliberal, aposta na comunicação virtual e apóia-se em *Emiliano Zapata* como ícone da história das lutas sociais mexicanas, em especial as ligadas à terra. É em um “quadro de mobilização em prol de demandas econômicas, políticas e culturais das etnias que surge o levante insurrecional do Exército Zapatista de Libertação Nacional”. E mais: “a composição básica do grupo combatente era de indígenas migrantes descomunalizados que começaram a chegar à selva lacandona a partir de 1960”.<sup>94</sup> Seu quadro principal, ao menos na forma em que se deu a conhecer, é o subcomandante *Marcos*, provável ex-pós-graduando em ciência política da Universidade Nacional Autônoma do México, o qual encampou a luta zapatista e é seu porta-voz mais conhecido. Ainda que se caracterize o EZLN como não necessariamente aderindo ao marxismo e pondo ênfase na democracia direta, como legado dos costumes indígenas, é inegável a influência do guevarismo bem como a coincidência com as propostas de *Mariátegui*. Querendo “suscitar a auto-organização da sociedade civil mexicana, com vistas a uma profunda transformação do sistema social e político do país”,<sup>95</sup> o novo zapatismo acredita, às vezes poética, às vezes humoradamente, que “não é preciso conquistar o mundo. Basta fazê-lo de novo. Nós. Hoje”.<sup>96</sup>

**Venezuela.** A última experiência com traços revolucionários a ser mencionada é a venezuelana, comandada pelo militar *Hugo Chávez*. A história venezuelana dos últimos cinquenta anos foi alicerçada por um pacto burguês efetuado após a queda da ditadura de *Marcos Pérez Jiménez*. Em 1958, estabeleceu-se o “Pacto de Ponto Fixo”, a partir do qual o populismo e uma democracia representativa excludente conseguiriam grande êxito macroeconômico na década de 1970 e sofreriam uma profunda depressão no decênio seguinte,

<sup>94</sup> ALTMANN, Werner. “A rebelião indígena de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico da América Latina”. Em: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã; Santo André: NET, 1998, p. 192.

<sup>95</sup> LÖWY, M. “Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”, p. 61.

<sup>96</sup> MARCOS (subcomandante). “Convocação da Conferência Intercontinental contra o Neoliberalismo e pela Humanidade”. Em: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 2 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 555.

o que permitiu a virada neoliberal e o que, por outro turno, excitou a população pobre a se rebelar contra as políticas de seu governo. “El Cordobazo”, de 1989, revolta que resultou em milhares de mortes de civis por conta do protesto contra os preços do transporte, significaria o declínio do pacto anunciado acima e degradingolaria a situação de levantes cívico-militares já em 1992. À cabeça da tentativa de tomada de poder estava o “Movimento Bolivariano Revolucionário-200” (MBR-200) – grupo clandestino de jovens militares nascido já em 1982 – que alçaria *Chávez* como uma importante figura política. Ainda sem tonalidades marxistas, reivindicando justiça, liberdade e anticorrupção, um pouco à moda do movimento de *Fidel Castro* antes de sua prisão e exílio, o movimento seria engrossado por descontentes em relação ao sistema político e econômico do país e, nas eleições de 1998, *Hugo Chávez* seria eleito presidente da república.

Sob a bandeira do bolivarianismo, embasado nas “diferentes experiencias de luchas emancipadoras locales, regionales y continentales y de la propia historia de resistencia”,<sup>97</sup> o novo governo eleito empreenderia a difícil tarefa de mudanças estruturais pela via institucional, a começar pelo processo constituinte de 1999, o qual representa um importante momento de mudanças na Venezuela. A partir do ano 2000, há uma tentativa de se aprofundar as medidas sociais, o que gera o desconforto das elites e uma forte reação ao novo governo, o que faz com que até 2003 assuma este uma postura de defesa de seu processo formal. De 2003 a 2005, destaca-se uma fase de implantação das chamadas “missões”, cujo objetivo é sanar as necessidades básicas do povo venezuelano por meio da auto-organização popular e da participação, com preferência a áreas como saúde, educação, alimentação e moradia. Até que em 2005, *Chávez* e seu governo assumem a construção do socialismo do século XXI, a partir do que se tomaria a opção por ladrilhar um caminho que levasse à radicalização do processo fortalecendo-se a participação popular, conforme uma reforma constitucional, o impulso à educação popular, uma reordenação territorial e o fortalecimento do poder popular por meio de conselhos comunais e de trabalhadores. E é nessa última etapa da revolução bolivariana na Venezuela que podemos observar o papel do marxismo em sua gestação, de modo que, com

---

<sup>97</sup> AZZELLINI, Dario. “La revolución bolivariana: ‘o inventamos o erramos’”. Claves para leer el proceso de transformación social venezolano”. Em: *Herramienta: revista de debate y crítica marxista*. Buenos Aires: Herramienta, n. 36, Octubre de 2007. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=537&mode=thread&order=0&thold=0>>. Acesso em 29 de janeiro de 2009.

influências como a do mariateguismo e do guevarismo, como também dos teóricos da dependência, da tradição de *Bolívar* e *Martí*, e dos novos movimentos sociais, “el socialismo es el poder del pueblo, como herramienta de lucha para su liberación”,<sup>98</sup> ou seja, reivindica-se *Marx* e o socialismo como proposta atual, ainda que cotejada com a tradição bolivarianista. Enfim, como vemos, uma revolução ainda modesta, com ampla repercussão popular e que pode, ou não, alinhar os rumos revolucionários do continente.

Como visto, o ciclo revolucionário latino-americano é ponto crucial para a mirada crítica de uma teoria política marxista no continente, introduzindo para seu âmbito de reflexão a dimensão histórica, extravasando a da história das idéias. É-nos necessário conhecer estes momentos históricos como preparação para o momento de uma revolução nacional e/ou continental, superando seus equívocos, afirmando suas conquistas. Se, como disse *Marini*,

para a América Central, a redemocratização se articula com a militarização, enquanto que, na América do Sul, o apoio à redemocratização se realizou gradualmente, deixando para o fim o Chile, onde a esquerda conservava ainda muita força, a ponto de vir compartilhar o poder no governo civil. Paralelamente, mediante a política de combate ao narcotráfico, os Estados Unidos perseguem o objetivo de controlar e subordinar as forças policiais militares latino-americanas, valendo-se mesmo disso para – em atitude inédita na história da América do Sul – instalar forças próprias em vários países, como Bolívia, Equador e Peru, mediante o envio de tropas e assessores militares;<sup>99</sup>

se isso se verifica, faz-se mister compreender as maneiras factíveis de se opor a esta arregimentação continental, em que, após as ditaduras militares com apoio imperialista, o rumo mais usado foi o da democracia burguesa, para tornar possível um programa revolucionário. As cinco experiências do ciclo latino-americano têm o desiderato de permitir uma melhor visualização dessa empreita, em tempos de desarticulação proletária e autoritarismo midiático.

<sup>98</sup> SÁNCHEZ, Roberto López. *El socialismo bolivariano del siglo XXI*. Disponível em: < <http://www.aporrea.org/ideologia/a13623.html> >. Acesso em 21 de janeiro de 2009.

<sup>99</sup> MARINI, R. M. “A luta pela democracia”. Em: SADER, Emir (coord. ed.). *Cadernos de pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, vol. 1, 2008, p. 15.

## **5. O DESAFIO CONTEMPORÂNEO DA ORGANIZAÇÃO PROLETÁRIA: VELHOS E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E MAIS O QUÊ?**

Nem o marxismo carece de uma teoria política nem à América Latina falta uma tradição de teoria política marxista. A problematização aduzida neste trabalho aponta para o que precisa ser resgatado e redenglutido em prol de sua suprassunção dialética entre nós. Esquadrinhados os tipos de interpretação e o histórico de sua recepção, seus principais nomes, os conceitos-chave e as mais significativas experiências históricas, sobra à teoria política marxista latino-americana pensar a realidade concreta, em sua totalidade continental, criticando a situação de dependência e propondo, invariavelmente, a libertação ao nível dos saberes e das práticas, o que, conjugado, levar-nos-á à práxis revolucionária que nos exige a contemporaneidade.

Hoje, parece, os sujeitos históricos da transformação adquirem grande complexidade, aglutinam opressões específicas, espalham-se pelo continente, em campos, cidades, florestas e praias. Isto não quer dizer que a dimensão econômica deva ser secundarizada. De modo algum. Ela adquire, agora, nova atualidade. Os movimentos populares latino-americanos, que pululam ante nossos olhos ou não, precisam de uma superação ana-dia-lética que passa pela reconciliação com a dimensão laboral, ainda que não presa às velhas formas de reivindicação (como os velhos formatos sindicais e as velhas alternativas partidário-eleitorais) nem tampouco aderindo ao discurso ingênuo e quimérico das propostas artesanais de organização econômica. Precisamos de movimentos com força contra-hegemônica em níveis totais e que permitam a cristalização de um novo modo de produção. Os novos movimentos populares dão início a esta caminhada, mas ainda precisam andar muito para fechar um trajeto que se coloca longínquo. Certamente, isto são aparências. A superexploração do trabalhador reina absoluta e o capital se degenera num futuro agonizante. Mas este soçobrar não será espontâneo. Só a organização da classe trabalhadora poderá responder a esse incerto futuro. E, assim como a criação de um imaginário crítico para o que a ficção comprometida com a transformação da sociedade (como um certo filão da literatura latino-americana) tem um papel imenso a desempenhar, a constituição de uma teoria política marxista em nossa América para o novo século é um seu ponto essencial.

## LEITURAS

AGOSTI, Hector P.; ARISMENDI, Rodney; ERMOLAIEV, V.; SCHMIDT, Johann Lorenz; GATICA, Crisologo; DORTICÓS, Osvaldo; BETTELHEIM, Charles; FACÓ, Rui. *América Latina à luz do marxismo*. Tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Felman-Rêgo, s.d.

ALIMONDA, Héctor. *José Carlos Mariátegui: redescobrir a América*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALLENDE, Salvador. “A via chilena para o socialismo”. Em: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 2 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 401-403.

ALTMANN, Werner. “A rebelião indígena de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico da América Latina”. Em: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã; Santo André: NET, 1998, p. 183-203.

\_\_\_\_\_. “Marx, Engels, o México e a América Latina”. Em: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã; Humanitas-FFLCH/USP, 1996, p. 318-327.

ANDRADE, Oswald de. *Dicionário de bolso*. São Paulo: Globo; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Tradução de Maria Celeste Marcondes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AZZELLINI, Dario. “La revolución bolivariana: ‘o inventamos o erramos’. Claves para leer el proceso de transformación social venezolano”. Em: *Herramienta: revista de debate y crítica marxista*. Buenos Aires: Herramienta, n. 36, Octubre de 2007. Disponível em: < <http://www.herramienta.com.ar/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=537 &mode=thread&order=0&thold=0> >. Acesso em 29 de janeiro de 2009.

BONDY, Augusto Salazar. “Filosofía de la dominación y filosofía de la liberación”. Em: \_\_\_\_\_; ZEA, Leopoldo; DURATTI, Julio Cesar Terán; SCHWARTZMANN, Félix. *América Latina: filosofía y liberación*. Simposio de filosofía latinoamericana. Buenos Aires: Bonum, 1974, p. 5-9.

\_\_\_\_\_. “Prólogo”. Em: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 7-12.

CASANOVA, Pablo González. “Os pioneiros do marxismo na América Latina”. Tradução de Paulo Barsotti e M. Dolores Prades. Em: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã; Santo André: NET, 1998, p. 17-43.

COGGIOLA, Osvaldo. “O surgimento do marxismo na América Latina”. Em: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (org.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007, 137-144.

COUTINHO, Carlos Nélon. “O marxismo no Brasil”. Em: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (org.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 129-135.

CUEVA, Agustín. “A análise ‘pós-marxista’ do estado latino-americano”. Em: SADER, Emir (coord. ed.). *Cadernos de pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, vol. 1, 2008, p. 29-40.

DUSSEL, Enrique Domingo. “A ‘exterioridade’ no pensamento de Marx”. Tradução de Roque Zimmermann. Em: ZIMMERMANN, Roque. *América Latina – O não-ser: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962 – 1976)*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 231-238.

\_\_\_\_\_. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de “El capital”*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores; Iztapalapa, 1990.

\_\_\_\_\_. *Hacia un Marx desconocido: un comentario de los Manuscritos del 61-63*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores; Iztapalapa, 1988.

\_\_\_\_\_. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. 4 ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

\_\_\_\_\_. *Método para uma filosofia da libertação: superação analética da dialética hegeliana*. Tradução de Jandir João Zanotelli. São Paulo: Loyola, 1986.

\_\_\_\_\_. “Os Grundrisse e a filosofia da libertação”. Em: \_\_\_\_\_. *Método para uma filosofia da libertação: superação analética da dialética hegeliana*. Tradução de Jandir João Zanotelli. São Paulo: Loyola, 1986, p. 255-287.

\_\_\_\_\_. “Teologia da libertação e marxismo”. Em: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 2 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 520-525.

\_\_\_\_\_. “*Vivemos uma primavera política*”. Tradução de Elaine Tavares. Disponível em: < [http://www.ola.cse.ufsc.br/analise/20061215\\_enrique.htm](http://www.ola.cse.ufsc.br/analise/20061215_enrique.htm) >. Acesso em 12 de dezembro de 2006.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina*. Tradução de Egídio F. Schmitz. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

FRANCO, Carlos. “Apresentação”. Em: ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Tradução de Maria Celeste Marcondes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 11-27.

GUEVARA, Ernesto Che. “Crítica da via pacífica”. Em: SADER, Eder (org.). *E. Che Guevara: política*. Tradução de Regine Ferrandis. São Paulo: Ática, 1981, p. 55-57.

\_\_\_\_\_. “O sectarismo”. Em: SADER, Eder (org.). *E. Che Guevara: política*. Tradução de Regine Ferrandis. São Paulo: Ática, 1981, p. 154-158.

LANDER, Edgardo. “Marxismo, eurocentrismo e colonialismo”. Tradução de Simone Rezende da Silva. Em: BORÓN, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). *A*



*teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 201-234.

LINERA, Álvaro García. “Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias”. Em: SADER, Emir (coord. ed.). *Cadernos de pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, vol. 1, 2008, p. 41-62.

LÖWY, Michael. “As organizações de massa, o partido e o estado: a democracia na transição para o socialismo (Cuba e Nicarágua)”. Em: NASCIMENTO, Cláudio; LÖWY, Michael. *Marxismo e socialismo na América Latina*. São Leopoldo: CECA; Rio de Janeiro: CEDAC, 1989, p. 58-79.

\_\_\_\_\_. “Notas sobre a recepção do marxismo na América Latina”. Tradução de Regiani Zornetta e Viviani Zornetta. Em: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã; Santo André: NET, 1998, p. 11-16.

\_\_\_\_\_. *O pensamento de Che Guevara*. 7 reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. “Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”. Em: \_\_\_\_\_ (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 2 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 9-64.

MARCOS (subcomandante). “Convocação da Conferência Intercontinental contra o Neoliberalismo e pela Humanidade”. Em: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 2 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 553-555.

MARIÁTEGUI, José Carlos. “Conclusiones sobre el problema indígena y las tareas que impone”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 226.

\_\_\_\_\_. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. Tradução, organização e notas de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. “Economía colonial”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 214-217.

\_\_\_\_\_. “El hombre y el mito”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 28-34.

\_\_\_\_\_. “La filosofía moderna y el marxismo”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 13-21.

\_\_\_\_\_. “La unidad de la América indo-española”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 179-184.

\_\_\_\_\_. “Pesimismo de la realidad y optimismo del ideal”. Em: \_\_\_\_\_. *Ensayos escogidos*. 2 ed. Lima: Universo, 1974, p. 35-39.

MARINI, Ruy Mauro. “A luta pela democracia”. Em: SADER, Emir (coord. ed.). *Cadernos de pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, vol. 1, 2008, p. 11-28.

\_\_\_\_\_. “Dialética da dependência”. Em: \_\_\_\_\_. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 105-165.

\_\_\_\_\_. “O conceito de trabalho produtivo”. Em: \_\_\_\_\_. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 243-253.

MARX, Karl. *Simón Bolívar por Karl Marx*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins, 2008.

NASCIMENTO, Cláudio. “Mariátegui, ‘Che’ Guevara, Carlos Fonseca: fontes da revolução na América Latina”. Em: NASCIMENTO, Cláudio; LÖWY, Michael. *Marxismo e socialismo na América Latina*. São Leopoldo: CECA; Rio de Janeiro: CEDAC, 1989, p. 10-57.

PAULINO, Analdino Rodrigues. “Che morreu como queria: lutando”. Em: AVALON, Manville (org.). *Che Guevara por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 1993, p. 43-49.

PERICÁS, Luiz Bernardo. “Introdução: José Carlos Mariátegui e o marxismo”. Em: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. Tradução, organização e notas de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 7-28.

PRADO, Maria Lígia. “Marx e a América Latina”. Em: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã; Humanitas-FFLCH/USP, 1996, p. 329-334.

RUZ, Fidel Castro. “Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz en la velada solemne en memoria del comandante Ernesto Che Guevara”. Em: GUEVARA, Ernesto Che. *Obras 1957-1967: la acción armada*. Paris: François Maspero; Havana: Casa de las Américas, tomo I, 1970, p. 11-24.

SADER, Eder. “Introdução”. Em: \_\_\_\_\_ (org.). *E. Che Guevara: política*. Tradução de Regine Ferrandis. São Paulo: Ática, 1981, p. 7-38.

SADER, Emir. “O Manifesto Comunista visto da América Latina”. Em: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto comunista 150 anos depois*. 4 reimp. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 179-185.

\_\_\_\_\_. *A revolução cubana*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1986.

\_\_\_\_\_. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*. 9 ed. São Paulo: Atual, 1999.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. “Apêndice: sete notas sobre a teoria da revolução brasileira”. Em: PRADO JUNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. 1 ed. 4 reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 149-160.

SÁNCHEZ, Roberto López. *El socialismo bolivariano del siglo XXI*. Disponível em: < <http://www.aporrea.org/ideologia/a13623.html> >. Acesso em 21 de janeiro de 2009.

SANTOS, Theotonio dos. “Subdesenvolvimento e dependência”. Em: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de

Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 2 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 394-398.

SPILIMBERGO, Jorge Enea. *A questão nacional em Marx*. Tradução de Carlos Fernando de Moraes Barros. Florianópolis: Insular, 2002.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. “Mariátegui, grandeza e originalidade de um marxista latino-americano”. Tradução de Terezinha Ferrari e Rubens Gallino Júnior. Em: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã; Santo André: NET, 1998, 45-54.

VIEIRA, Antonio Rufino. “Filosofia da libertação e marxismo”. Em: PIRES, Cecília Pinto (org.). *Ética e cidadania: olhares da filosofia latino-americana*. Porto Alegre: Da Casa; Palmarica, 1999, p. 27-40.